

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL

CAROLINE BALBINOT

UM ACOMPANHAR DAS JUVENTUDES:
ENTRE A PRODUÇÃO DE VIDA E DE MORTE

PORTO ALEGRE

2019

CAROLINE BALBINOT

**UM ACOMPANHAR DAS JUVENTUDES:
ENTRE A PRODUÇÃO DE VIDA E DE MORTE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Curso de Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Psicóloga. Orientação: Profa. Dra. Carolina dos Reis.

PORTO ALEGRE

2019

Dedico este trabalho as/aos jovens surpreendentemente vivos que conheci.

Biografia

Escreverás meu nome com todas as letras,
com todas as datas,
e não serei eu.

Repetirás o que ouviste,
o que leste de mim, e mostrarás meu retrato,
e nada disso serei eu.

Dirás coisas imaginárias,
invenções sutis, engenhosas teorias,
e continuarei ausente.

Somos uma difícil unidade,
de muitos instantes mínimos,
isso seria eu.

Mil fragmentos somos, em jogo misterioso,
aproximamo-nos e afastamo-nos, eternamente.

Como me poderão encontrar?
Novos e antigos todos os dias,
transparentes e opacos, segundo o giro da luz,
nós mesmos nos procuramos.

E por entre as circunstâncias fluímos,
leves e livres como a cascata pelas pedras.

Que mortal nos poderia prender?

(Cecília Meireles, 1976)

AGRADECIMENTOS

São tantas as pessoas que gostaria de agradecer ao chegar neste momento de finalização, tanto da escrita quanto de formação acadêmica. Início agradecendo a meus pais, minha família pequena em tamanho, mas enorme em carinho e cuidado: nossas diferenças e desejo por liberdade nos unem.

Ao Leo, por me acompanhar nesses últimos três anos, criando territórios; quem calma minhas angústias e me ajuda a pensar sobre a vida vivida.

As minhas amigas: Marina, Rebeca, Fran e Ana que desde 2013 me acompanham e as que encontramos no caminho depois, Mano e Thomaz. Nossa amizade é o melhor presente desse curso; nossas viagens, risadas, problematizações enriquecem minha vida e tornaram essa formação mais leve.

A Daíse, amiga que teve uma passagem breve e intensa: levo suas inquietações sobre a psicologia comigo desde 2014.

A Carol dos Reis, professora orientadora que me incentivou na escrita a habitar os territórios da memória e do afeto, em meio a intensidade de 2019.

A UFRGS e a todos profissionais, professorxs e supervisorxs, que conheci durante minha graduação, com quem aprendi e que me deram as ferramentas simbólicas para refletir sobre esses encontros.

Por fim e nenhum um pouco menos importante: as jovens que conheci, aquelas que passaram rapidamente e aquelas que confiaram em mim e compartilharam sua história comigo, dedico e agradeço a cada caminho cruzado. É nós.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre as experiências da graduanda, durante a extensão universitária, a iniciação científica e os estágios curriculares, os quais acompanharam jovens, meninos e meninas, na maioria das vezes institucionalizados. A autora se propõe a refletir sobre a produção de morte colocada a certa parcela da juventude brasileira e pensar como a necropolítica se produz nos cotidianos das instituições pelas quais circulou. Além disso, propõe-se pensar sobre a possibilidade da psicologia produzir espaços de produção de vida e saúde mental diante de uma realidade complexa.

Palavras chaves: juventudes; necropolítica; jovens de risco; institucionalização.

SUMÁRIO

1 COMO A JUVENTUDE VAI SE TORNANDO UMA QUESTÃO PARA MIM.....	6
2 O GOVERNO DAS VIDAS JOVENS.....	17
3 CENAS DO COTIDIANO E JOGO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE.....	22
3.1 BEM-VINDO PAULO.....	22
3.1.1 Quem chega e como chega: a passagem de caso como uma ferramenta complexa de boas-vindas.....	23
3.2 O PERIGO IMINENTE.....	25
3.2.1 O Estatuto da Criança e do Adolescente: entre a proteção e o genocídio.....	26
3.3 SINTA-SE EM CASA, MAS NÃO TANTO!.....	29
3.3.1 O risco que não chega a lugar nenhum.....	30
3.4 A NOVIDADE CHEGOU.....	33
3.4.1 O governo das vidas jovens: medo que dá medo do medo que dá.....	35
4 UM OLHAR SOBRE OS PRONTUÁRIOS.....	43
5 É NO ENCONTRO QUE ESTÁ A POTÊNCIA.....	46
6 A TENTATIVA DE CONSTRUIR UM ACOMPANHAR DOS JOVENS.....	51
6.1. “A gente combinamos de não morrer”: Esse é o melhor abrigo que já conheci!.....	54
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	55

1 POR ENTRE OS PERCURSOS UNIVERSITÁRIOS: COMO A JUVENTUDE VAI SE TORNANDO UMA QUESTÃO PARA MIM?

Escrever sobre juventudes em diferentes contextos é uma forma de poder fazer um fechamento de todas as experiências que tive durante a graduação. Onde colocar as tantas narrativas que acompanhei? O pensamento voa e relembra vidas que vivi e ouvi de perto e que hoje estão distantes, sem saber a continuidade da história-vida. Sem contar as novas histórias que chegam ao estágio ainda em curso, que tensionam e fazem reverberar certas tensões: o que fazer com o que foi vivido e como a partir disso traduzir em experiência para pensar minha prática psi enquanto profissional? As teorias-lentes para olhar para as juventudes são muitas, cada qual tem um entendimento sobre o que é ser jovem, no que consiste a adolescência; mas a experiência parece dizer que não basta entender ontologicamente, é preciso pensar a prática, o cotidiano e o que essa juventude diz para o saber *psi*. Dessa maneira, o que foi vivido no período de iniciação científica, na extensão acadêmica e nos estágios formou uma rede de memórias e experiências que não me parecem independentes e sem relação. Muito pelo contrário, o vivido diz respeito a uma parcela da juventude brasileira que acessa e muitas vezes depende de políticas públicas de assistência, e pelas quais suas vidas cruzam, entre encontros e desencontros, entre as vilas, escolas, serviços de acolhimento e de privação de liberdade. A pergunta que fica para mim enquanto estudante de psicologia é: como subverter o discurso colocado sobre a juventude - qual seja o da *delinquência*, o da dificuldade de se trabalhar com, o do *desvio de conduta* - e propor uma lógica de trabalho que leve em consideração os atravessamentos políticos-estéticos e éticos de ser jovem* e aposte na potência e na criação de vida?

Em 2013 então quando ingressei na faculdade, influenciada por um discurso defendido por muitos professores da necessidade de fazer parte de algum grupo de pesquisa, entrei no Estação Psi. Era o contexto de outra conjuntura política que possibilitava, entre outros serviços, a oferta de diversas bolsas de iniciação científica e de extensão para graduandos. Nesse outro tempo, próspero, no ano de 2014 fui bolsista remunerada do projeto e lá fui encaminhada para acompanhar um grupo de residentes em Saúde Mental Coletiva. Foi na época minha primeira experiência com a institucionalização de jovens. O trabalho dxs residentes era junto à equipe dos técnicos e educadores de uma instituição de cumprimento de medida socioeducativa (MSE) de internação com foco na educação permanente dos trabalhadores. Questões como saúde mental, sexualidade e gênero e redução de danos eram trabalhadas a partir de discussões coletivas e grupos de trabalho. Durante o trabalho pude

perceber a dificuldade de diálogo entre os técnicos e os educadores, muito porque as questões que atravessavam cada grupo eram diferentes e o diálogo a partir da diferença não se fazia possível - tal dificuldade se repetiu depois em outras instituições que conheci ao longo da minha graduação. A cada semana, nos perdíamos pelas estradas da grande Porto Alegre até o limite da cidade de Novo Hamburgo com Campo Bom e, nessa frequência, o grupo ia tendo seu número reduzido, até o ponto em que cerca de quatro técnicas permaneceram, sendo duas psicólogas. Na época, o contato que tive com os adolescentes foi ao final do projeto, como uma conclusão do trabalho feito coletivamente, no qual se propôs uma gincana de saúde coletiva - supriu-se o termo *mental* por entender que falar sobre esse assunto com os jovens era complicado.

Como o trabalho de educação permanente foi sendo pensado e construído ao longo do seu fazer, a primeira ideia proposta pelos executores do projeto era de, após a parte teórica da educação permanente, a finalização seriam oficinas onde um pequeno número de jovens participaria. Tal ideia, entretanto, foi superada e se propôs, enquanto grupo, a realização de uma gincana. A ideia era ousada para o contexto em que estávamos, já que a instituição não mantinha mais do que seis adolescentes juntos e na maioria das vezes algemados. Acredito que essa intervenção me levou a pensar o trabalho com os jovens a partir da produção de vida, como se ali uma pequena semente fosse plantada em mim, eu que na época era a mais jovem integrante do grupo, com idade bem próxima a dos jovens ali sem liberdade. Nessa experiência pudemos discutir as práticas institucionalizadas da equipe e propor modos de fazer diferente. Nesse sentido, foi importante perceber que juntar trinta a quarenta adolescentes não causou nenhum motim, ou um momento propício de fuga coletiva, mas foi sim um momento onde coletivamente relações foram construídas. Lembro, então, da cena onde em um salão grande havia muitos adolescentes, divididos em grupo, bolando um rap, se envolvendo nas atividades propostas e da Julia Dutra coordenando aquela linda e potente bagunça: um caos criativo. O que decantou dessa experiência foi que a aposta na construção coletiva de algo com os jovens se mostrou muito mais efetivo subjetivamente do que o pensamento pejorativo de que algo ruim poderia vir acontecer ou de que não haveria envolvimento nas atividades. Pensar para além do risco e propor atividades descontraídas, mas que abordam temas importantes mostrou-se uma maneira de trabalhar com o coletivo, de modo que propor a junção dos jovens em um ambiente disciplinar pareceu uma maneira bonita de profanar a ordem, as regras e a tentativa de controle constante daquele lugar. Parece ter dado uma resposta para como ir além dos diversos dispositivos de controle e obrigações, em um local onde o processo de subjetivação disciplinar é constante.

Após cinco anos desse trabalho, encontro nas minhas pastas um documento onde estão resumidas algumas das questões trazidas pelos adolescentes, bem como um dos raps elaborados por uma das equipes da gincana. O encontro com essas perguntas me emociona, minha memória tinha apagado os ricos detalhes dessa experiência e eu levava comigo uma cena, a que foi descrita acima, e uma certeza de que aquele trabalho tinha possibilitado, que mesmo naquela instituição com tantas regras e proteções, se pudesse escutar o que os jovens que ali estavam, tinham a nos dizer. Vale lembrar que essa intervenção ocorreu em 2014, ano de Copa do Mundo no Brasil e em Porto Alegre, e a unidade de MSE estava superlotada, com cerca do dobro da capacidade de adolescentes. Entre as 72 perguntas elaboradas por eles, que haviam sido colocadas em uma caixa, deixou aqui o registro de algumas. Nelas se falou sobre drogas: “por que o álcool é uma droga se é vendido no mercado?”, “faz mal usar droga demais e bebida junto?”; sobre sexualidade: “você sabe quando pode engravidar uma menina?”; sobre adolescência: “para que serve o Estatuto da Criança e do Adolescente?”, “O que quero pra minha vida?”; sobre saúde: “por que surgem as espinhas?” e outros temas livres: “por que a gente sente dor no peito quando gosta de uma pessoa?”, “por que quando nossa família não vem nos visitar nós nos sentimos mal?”. Pelas perguntas e pelos raps elaborados durante essa intervenção, percebo que essa juventude nos diz algo e que é preciso escutar.

Finalizado esse ciclo, parti para uma outra experiência e, não por acaso, também relacionada à juventude privada de liberdade. Fui bolsista voluntária de uma pesquisa vinculada ao departamento de desenvolvimento humano, no grupo do Centro de Estudos Psicológicos-Rua. Essa área da psicologia que eu não tinha muita afinidade, mas que ao olhar o cartaz no mural de Instituto de Psicologia me fez querer participar. Nesse segundo momento, formou-se um grupo de bolsistas onde nos dividimos para analisar os tantos dados gerados pela pesquisa de mestrado de Vinicius Coscioni, intitulado “Projeto de vida e Relações interpessoais de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação”. Ele, como um amante do conhecimento e tomado pelas questões dos jovens em conflito com a lei, coletou dados no Espírito Santo, seu estado de origem, e no Rio Grande do Sul. Foram feitos ao todo quatro grupos focais sobre as relações estabelecidas com as famílias, os pares, os agentes educadores, a equipe técnica - esses dados foram usados para o mestrado. Já as entrevistas individuais, que foram realizadas com cada adolescente que participou do grupo focal, sobre esses quatro temas, foram analisadas pelas bolsistas de iniciação científica.

O envolvimento com essa pesquisa representou para mim um momento de densidade do curso. Foram horas, dias, meses que contabilizaram quase dois anos de envolvimento com esses dados. Agradeço às “coincidências” por ter sido sorteada com a análise dos dados dos

pares; isso me fez criar uma relação de proximidade com cada adolescente entrevistado, onde eu ouvi as entrevistas tantas vezes, analisei minuciosamente e por fim pude me envolver ainda mais com a temática da juventude. Não fosse tamanho o mergulho, não sei se esse tema teria a importância e o comprometimento com germinar um novo mundo, como hoje tem. Isso porque também nessas entrevistas o que os jovens diziam não dizia respeito a uma experiência individualizada, ainda que singular. Tinha algo que era dito que tinha a ver com a intensidade com a qual viviam suas juventudes e sobre a qual nenhuma teoria psicológica falava sobre. A Análise Temática foi a metodologia utilizada para analisar as entrevistas individuais de adolescentes de Porto Alegre sobre as relações estabelecidas entre os pares na unidade, e de que maneira essas relações auxiliavam o adolescente na construção de seu *projeto de vida*. A minúcia exigida pelo professor vinha da tentativa de ensinar xs estudantes a um modo de fazer pesquisa, característico de um campo da psicologia, preocupado com *rigor científico*, mas também com uma análise dos dados êmica, ou seja, que emergisse a partir daquilo que os adolescentes traziam e sem nenhuma teoria *a priori*. O cuidado com o sentido do que era dito, a cada frase, deu uma dimensão de quase impossível para o que eu fazia ali: tentar abdicar de teorias e conhecimentos prévios. Hoje questiono-me sobre a possibilidade de ser neutra e a serviço do que está essa postura de supor a neutralidade. Isso porque nessa postura estão implicadas consequências de, nesse caso, colocar os jovens em uma posição de objeto de estudo, como se o que estivesse sendo dito não trouxesse à tona a complexidade de suas experiências.

Penso hoje que a pesquisa se propôs a apresentar o estado das coisas, mas desde lá me questiono sobre as forças colocadas naquele campo e o que era aquilo que eu ouvia. No início de 2018, o grupo de bolsistas - que eram seis e ficaram duas, retornou junto com Vinícius a instituição de cumprimento de MSE de internação para compartilhar formalmente os resultados das pesquisas feitas ali - havia a presença de outra mestranda da UFRGS que compartilhou sua pesquisa. Lembro de ficar nervosa em apresentar para xs agentes educadorxs e técnicxs daquela grande instituição o que havia aparecido na minha pesquisa sobre os pares. Temas como: a ocorrência de relações sexuais entre os adolescentes, as facções e seu poder de estabelecer os vínculos de amizade e inimizade, a hierarquia dos adolescentes que se construía ao obter drogas, receber visitas e ter roupas de marca/ de time e o quanto aquele lugar era um espaço de contato e contágio com o *mundo do crime*. Ainda que dois jovens tenham dito que se inspiraram no par para sair da vida do crime, os outros oito faziam planos com o amigo para permanecer. Não houve resistência diante do colocado; o comentário que me marcou foi que “a pesquisa apresentada era uma fotografia daquele lugar.”

Qual postura tomar a partir disso? Como que enquanto sociedade sustentamos uma política pública de privação de liberdade que como retrato produz imagens de desamparo enquanto possibilidades acessíveis de mudar o estado das coisas? Política pública essa sustentada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e regulamentada pelo SINASE. Inquietei-me: que frente se faz, ou que trabalho de rede é possível, com as facções? O que essa postura de passividade com o que se apresenta produz?

Algumas entrevistas analisadas duravam dez minutos, outras quarenta e cada uma a sua maneira falava sobre ser jovem, não apenas como aquele institucionalizado, mas como uma ético-estética da juventude que extrapolava os muros e apresentava seu devir próprio. Foi nesse momento que pensar sobre projetos de vida se mostrou mais complexo e desafiador diante do estudo sobre as juventudes. Afinal as pesquisas mostravam isso: para os adolescentes entrevistados o projeto de vida só era possível no mundo do crime. Caso fossem optar por um outro caminho, surgiam expectativas de futuro muitas vezes difíceis de serem atingidas, porque eles mesmos não sabiam como chegar lá, por exemplo fazer uma faculdade. Comecei a pensar então que o envolvimento com a pesquisa colocava um impasse entre aquilo que as políticas públicas pensam sobre/para a juventude e aquilo que vem dos jovens e da percepção de vida deles. Como as psicologias se colocam neste campo?

Outra memória que me vem é no ano de 2017 quando apresentei essa pesquisa no Salão de Iniciação Científica. Deparei-me então com os comentários da banca sobre o que o trabalho apresentava: “o trabalho é muito interessante e infelizmente não tem o que fazer” - falando sobre as facções criminosas e a relação dos jovens com elas. Na hora, eu queria mais que o momento acabasse e respondi pautando a complexidade do tema. Ao descobrir então que minha colega de IC havia ganhado o prêmio destaque em pesquisa de todo o Salão, com direito a troféu e uma bolsa para o grupo de pesquisa, fiquei feliz por ela, mas não pude deixar de pensar: o que levou a pesquisa dela sobre a relação dos agentes educadores com os adolescentes ser vista de um modo tão inovador e potente e, por outro lado, sobre a relação dos jovens uma impossibilidade e um desinteresse de qualquer mudança? Não acho que minha pesquisa era melhor, mas sim que a literatura sobre a relação entre os jovens é mais escassa, e nesse sentido a pesquisa seria mais inovadora talvez, do que a relação dos educadores com os adolescentes em MSE de internação - visto que ambas pesquisas tinham passado pelo mesmo procedimentos de coleta e análise, apenas o objeto de estudo era diferente.

Outra experiência proporcionada pelo grupo de pesquisa foi a aplicação de um questionário da Juventude Brasileira, onde me deparei com minha dificuldade novamente de

encaixotar certas experiências de vida. Diante de um questionário quantitativo com cerca de muitos itens, me vi estabelecendo diálogos e escuta para além da obrigação de preencher aquelas escalas *likert*¹. Foi mais uma experiência de testemunho de uma parcela da juventude, que quer estar vivo e ao mesmo tempo tem um corpo marcado para morrer. Ao todo entrevistei cinco jovens, com um intervalo de tempo de alguns meses, visto que tinham sábados pela manhã que ia e não conseguia entrevistar ninguém.

Em meio a realização da pesquisa, fiz meus estágios, que me levaram a trabalhar com adolescentes. O estágio básico foi na Associação de Moradores da Vila Santa Anita e era voltado principalmente ao trabalho com crianças, mas a partir de um convite inesperado de um professor que coordenava um grupo de adolescentes, me senti chamada a participar. Esse grupo era intitulado como Trabalho Educativo e ocorria uma vez por semana. Nessas tardes, meio turno era um espaço livre, o que seria feito iria partir daquilo que eles quisessem fazer. Depois haveria o lanche e após seria então o momento da informática. A liberdade proposta na primeira parte da tarde foi um espaço aberto à angústia: a ausência de ordens do que fazer fazia do grupo a cada semana uma novidade. Às vezes era conversa, outras brincadeiras na praça e também passeios pela cidade. Esses últimos estavam relacionados a única atividade prescrita durante o ano: a elaboração de um jornal para a comunidade e a partir daí algumas atividades eram propostas pelo professor que coordenava o grupo há anos, Ildo, que se empenhava para construir um jornal que fizesse sentido para os jovens, pude também ser sua aluna. A convivência semanal foi interessante no sentido de acompanhar um devir adolescente que diante das opções disponíveis muitas vezes preferia sentar nas almofadas e conversar, cantar funk ou algum pagode. Entre as canções: eles se implicavam e pediam para ir para sala de informática antes, lá cada um entrava no seu universo-computador. O professor ficava bravo: eles “não queriam nada com nada”, tinha uma *chatice* de não querer se envolver em nenhuma dinâmica que se propunha diferente. O grupo se constitui dessa maneira, em um ritmo lento, sem grandes acontecimentos, em que o estar junto era por si só uma tarefa.

Na verdade, hoje me pergunto: o que isso dizia daqueles adolescentes e do momento que estava passando na vila? Conflitos do tráfico, durante o ano mais de um jovem da comunidade morto pela polícia, amigo ou colegas deles. O que isso dizia do trabalho que eu e o professor pensávamos para aquele grupo? Afinal, esses discursos de insatisfação sobre os jovens vão também os constituindo e podem vir a ser um empecilho para qualquer trabalho

¹ A escala tipo *likert* consiste em apresentar uma afirmação auto-descritiva e, em seguida, oferecer como opção de resposta uma escala de pontos com descrições verbais que contemplam extremos – como “concordo totalmente” e “discordo totalmente”.

pensado. Nesse momento de reflexão, penso que foi a partir desse ritmo que questões importantes vieram à tona. A menina branca que era conhecida na vila como *putiane* conseguiu falar sobre suas questões pessoais e o desejo de tirar sua vida. A menina negra que se achava feia e escondia sua linda voz, mas que a cada semana se permitia cantar mais e mais e com quem mantenho contato nas redes sociais até hoje, acompanhando as mudanças de sua vida. O menino que tinha perdido o pai e juntava garrafas e latinhas para ajudar sua mãe e que certa vez foi enxotado do lixo de uma casa do bairro aos gritos de macaco sujo. As falas sobre futuro, vontade de viver, problemas na família, enfim puderam ser compartilhados nessa “não vontade” de fazer algo. Lembro então da cena de psicodrama que fizeram uma única vez sobre a invasão de policiais em uma residência. A cena transbordava sangue, guerra, truculência: a realidade era essa intensidade às vezes difícil de falar. A experiência naquele estágio finalizou com a construção de um jornal que posteriormente foi entregue na comunidade, onde o tema era a construção da cidade de Porto Alegre e as práticas racistas e higienistas que construíram nossa cidade.

Quando saí do estágio na Vila Santa Anita, pensava ainda em retornar em algum momento, para quem sabe oferecer atendimento individual para os adolescentes. Infelizmente isso acabou não ocorrendo, pois no outro ano iniciei meu estágio de ênfase de clínica em um serviço de acolhimento institucional de crianças e adolescentes, situado na zona sul de Porto Alegre, e pareceu quase impossível parar no meio do caminho do extremo sul até o centro, minha casa. Minha experiência direta com adolescentes por lá foi com um Acompanhamento Terapêutico e um grupo com os jovens. Esse grupo foi formado para o Trabalho de Conclusão de Curso de uma colega de estágio de serviço social, a Pati. O projeto proposto foi nomeado como “o adolescente institucionalizado como construtor do seu projeto de vida.” Eu e a outra estagiária de psicologia, Jana, fomos chamadas para integrar o grupo, mas o projeto já estava pronto, então nossa ajuda foi muito mais em fazer operar o grupo desde dentro da instituição do que com contribuições teóricas. A ideia era poder acompanhar xs adolescentes naquilo que elxs imaginavam ser no futuro, ou seja, invariavelmente se falou em profissões, todas ligadas a história de cada um. Dxs quatro adolescentes, o que elxs queriam ser era jogadora de futebol, jogador de tênis, veterinária e policial.

A partir dos contatos que a estagiária de serviço social tinha, circulamos pelo extremo sul à procura de pessoas referências para dar um testemunho sobre sua profissão e, quem sabe, inspirá-los. Nesses encontros todos acabamos conhecendo lugares novos: a praia do Lami, uma clínica veterinária em Itapuã, o campus da UFRGS na semana acadêmica, o teatro da

AMRIGS, o projeto social de tênis em Belém Novo. Mas o que de fato surgiu a partir dos grupos foi uma outra relação dos adolescentes com essa proposta inicial.

Hoje me questiono que profissões são essas as que surgiram e como elas se relacionam com aquelas vidas ali institucionalizadas e como nossa presença ali poderia facilitar, ou conversar sobre esses desejos. Pela área do serviço social, o grupo era visto como algo que estava operando como um facilitador para os adolescentes, de modo que o nosso trabalho ali era *fomentar o futuro*, como se de alguma forma nós tivéssemos o mínimo controle sobre o que há de vir. O percurso que o grupo tomou foi interessante para pensar o que produzimos na nossa prática, tanto da psicologia, quanto do serviço social, e das políticas públicas de maneira geral. Por mais que tenha sido feito um esforço para cuidar e projetar um futuro possível, o que ficou dessa experiência?

Entre discutir o que tinha acontecido no grupo, conseguir um hora em que as três estagiárias conseguissem parar para conversar, entre atendimentos, reuniões e relatos, planejar o próximo encontro, tentar falar com algum serviço de segurança pública para nos receber, alguma jogadora de futebol, algum lugar onde se jogava tênis, pensar outras possibilidades além das profissões, apresentar a universidade, esperar o retorno da boa vontade das pessoas, pensar no lanche, pedir para as cozinheiras fazerem alguma comida, ir no super comprar miliopã e refri, ver com o transporte quem nos levaria, pensar em uma maneira de eles avaliarem o que estava acontecendo, tentar escrever com eles e não sair nenhuma palavra, fazer os convites de cada encontro, entregar os convites, combinar um local de encontro, ir então para o passeio, querer saber do lanche, ouvir dizer que não aguenta mais a comida da casinha e querem que a gente leve lanche da nossa casa que deve ter um gosto diferente, quanto mais miliopã melhor, que o passeio tá *frau*, inventar maneiras de que não seja *frau*, pensar porque está sendo *frau*, perder a paciência em alguns momentos, tentar propor que cada encontro é o dia de um colega, e tem que respeitar o colega, ouvir da estagiária de serviço social que tem que estudar, tem que estudar, tem que estudar, eu e outra estagiária de psicologia dizemos que na verdade também não é só estudar, que às vezes é difícil, pensar em um fim, e não conseguir acabar, descobrir que nesse meio tempo um dos colegas do grupo foi ameaçado de morte sem nem chegar o dia do passeio dele e não conseguir dar tchau.

A experiência no acolhimento institucional tem sido essa sensação de estar em meio a um mar turbulento, onde as ondas são confusas e os repuxos têm um intervalo de tempo quase que constantes, no meio dessa intensidade encontro e acompanho as vidas que ali vivem. Como podemos então construir juntos um barco para navegar nesse mar? Para além da experiência com o grupo, o cotidiano deste estágio foi também atravessado pelos discursos

que constituem os jovens ali institucionalizados. A dificuldade de se acolher os adolescentes mostrou-se uma prática presente nas reclamações, na falta de vontade de compreender as situações e na lógica punitiva e policialesca do cuidado.

Nesse ano de 2019, os adolescentes acolhidos que vieram para o serviço chegaram ali por motivos de risco de morte iminentes. O extremo sul da cidade parece ser então um lugar que juízes da Vara da Infância e da Juventude de Porto Alegre entendem como protetivo, por estar “distante do caos urbano”. Entretanto, isso não é de qualquer maneira um fator de proteção, uma vez que os discursos sobre esses jovens são diariamente reproduzidos pela dificuldade de estabelecer vínculos, pela demanda de um diagnóstico psiquiátrico e a consequente necessidade de medicalização. O serviço de acolhimento parece muitas vezes não dar conta de amparar esses corpos jovens e sua forma de existir, de modo que constantemente são acionados outros programas e instituições para que “se dê um jeito”. Tais instituições têm um recorte de gênero associado aos possíveis riscos que podem vir a se colocar. Assim, na maioria das vezes a internação psiquiátrica é uma ameaça para as meninas e a instituição de cumprimento de MSE de internação e o PPCAM (Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte) são os serviços que são acionados no imaginário de quem conseguiria lidar com aqueles gurus considerados complicados.

Essas juventudes então vão se constituindo enquanto um problema para o Estado, pois as instituições responsáveis pela proteção e pelo amparo encontram dificuldades de trabalhar com elas e com seus respectivos atravessamentos. O cenário brasileiro atualmente é marcado pelos altos índices de homicídio da juventude; dados do levantamento realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) revelam que a maior incidência de vítimas são os homens negros, da periferia, de 15 a 29 anos que não completaram o ensino médio. Dessa forma, em que medida a passividade diante das questões colocadas pelas facções criminosas, junto à impossibilidade de diálogo com elas, e as políticas de juventude que pressupõe a inserção de sujeitos jovens em projetos de vida em uma lógica burguesa branca atravessada pelo contexto neoliberal criam discursos, olhares e fazeres, sustentados pelos saberes da psicologia e do serviço social, que acabam por levar milhares de jovens majoritariamente negros e moradores da periferia à morte todos os anos? Que práticas sustentam o cenário de guerra colocado para alguns jovens no Brasil?

O contato com as tantas juventudes criou um modo meu de pensar quais as possibilidades de trabalho nesse campo, e que diz respeito primeiramente à possibilidade de comunicação existente. Como falar com os jovens, se aproximar e permitir que o diálogo seja fluído e não imposto, e não moralista, e não inferiorizante? Como pode a psicologia superar

um diálogo esperado na relação do jovem com o adulto e propor maneiras outras de trabalhar? Ao entender a complexidade desse tema, e o desafio que as políticas públicas têm diante dos sujeitos jovens, que postura tem tomado a psicologia? Como superar a visão que coloca os jovens enquanto sujeitos perigosos e vulneráveis e construir um modo diferente de trabalhar?

Frente a essas questões, o primeiro objetivo que tive com essa escrita era o de poder pensar um trabalho com jovens que tivesse um olhar para suas potencialidades, de forma a tentar superar os discursos de algumas políticas públicas que os toma como sujeito problema, vulneráveis ou como sujeitos do risco. Esse trabalho teria formato de oficina, no qual a fotografia seria o disparador e a proposta era circular pela cidade em espaços que eram do interesse deles. Quando o projeto é escrito e o considero pronto, percebo que raras são as vezes em que consigo combinar com os jovens um dia para nos encontrarmos, para falar da ideia da oficina. Quando vou até a casa onde moram ou pergunto sobre elxs² aos educadores, a resposta é a de que não estão, raramente encontro-os ali, por estarem na comunidade; surge então o desafio de tentar sustentar naquela instituição um dispositivo que desse espaço para uma intervenção criativa. Percebo-me atravessada pelo desafio de tentar propor um trabalho diferente em um espaço que não vê a potência no jovem, em última análise; uma educadora me responde que o que elxs precisam é ter respeito, isso sim. Tornava-se evidente, a cada desencontro, que o desejo dxs jovens naquele momento era não estar ali, como se ao tomar distância de um espaço denso de deveres, a fuga fosse ir ao encontro de seus devires. Enquanto eu tentava elaborar estratégias para que essa oficina existisse, durante o período de férias, retorno à instituição e sou recebida com uma novidade: a mudança do perfil que será acolhido pela instituição é uma realidade! Essas mudanças estavam diretamente ligadas à proteção de vidas jovens ameaçadas de morte. Diante do que estava sendo vivido, me vi impelida a guardar o projeto da oficina na gaveta e escrever sobre o que estava permeando o ambiente de estágio, nas falas, olhares, discursos que criavam a imagem do *jovem de risco*. Percebi que seria ainda mais difícil fazer acontecer a oficina, porque a mudança veio no sentido de fortalecer a lógica de adolescentes perigosos, ameaçados e ameaçadores, justamente aquilo que eu tentava me afastar. O objetivo do trabalho então foi escrever sobre a experiência de testemunhar um momento de reformulação das políticas públicas de acolhimento e, a partir desse espaço, pensar alternativas na escuta e no acolhimento dos jovens de modo a possibilitar a construção de algo juntos.

² Na época participariam da oficina três jovens; dois meninos, um de 17 anos, outro de 16 anos e uma menina de 13 anos.

2 O GOVERNO DAS VIDAS JOVENS

Muito escuro pra ser dono, é claro
pela cor da sua pele uns vão tentar diminuir
em facções nos dividimos
o pastor vem e leva o dízimo
eles sempre pagam o mínimo
e ainda assim vários sorri³

Início o primeiro capítulo pensando acerca dos serviços nos quais circulei e o que eles dizem sobre o modo de gerir as vidas de jovens no Brasil. As políticas públicas que acompanhei tinham em comum o intuito de assistir vidas e geri-las, de modo, a princípio, a potencializar suas existências. Poderíamos dizer que esse seria um objetivo próprio das políticas públicas de forma genérica, dado que elas se apresentam como uma ação do Estado com o objetivo de investir na vida da população (Guareschi *et al.*, 2010). Minha experiência enquanto estudante de psicologia permeou o terreno da assistência e lá me deparei com o saber psi muitas vezes se aliando/fomentando/co-criando os discursos inscritos sobre a juventude a partir de uma ótica desenvolvimentista, na qual tendia a lidar com os jovens a partir de classificações em diagnósticos, de modo a reforçar atitudes e ideias vinculadas a uma possível *delinquência*.

Nesse escrito optar-se-á por utilizar a terminologia juventudes por entender que ser jovem implica uma heterogeneidade de experiências, que se relacionam com o espaço, com o tempo e com a cultura na qual estão inseridos. Nesse sentido dou eco às palavras de Maurício Perondi e Maria Sthephanou, e utilizo nesse escrito um pensamento similar ao da autora e autor, de que “jovens de diferentes contextos sociais e culturais partilham linguagens, estilos, sentimentos, práticas e valores comuns, mas o modo como experimentam o que os identifica como jovens é vivido de forma diferente, à partir de singulares situações em que se encontram, em especial, seu grupo social, etnia, gênero, territorialidade, religião, etc. (Perondi & Sthephanou, 2015). Além disso, evitar o termo adolescência tem a ver com a superação de uma abordagem desenvolvimentista e identitária e, como nos dizem Scisleski *et al.* (2012) pensar na juventude diz sobre intensidade, dando relevo às forças e ao processo, ao invés das formas e dos produtos.

A partir então do encontro com esses discursos e da experiência de acompanhar jovens em diferentes situações percebi um hiato entre o vivido nas relações estabelecidas com os jovens em uma instituição de MSE de privação de liberdade na grande Porto Alegre, e em

³ Estrofe da música Contas para Pagar. Artista: Akira Presidente, Álbum Fa7her, ano 2017.

uma instituição de acolhimento na zona sul da capital, e os discursos sustentados também pelo saber psi que os colocavam enquanto difíceis, improdutivos, irresponsáveis, marginais. A escuta de cada adolescente me levava ao encontro de histórias de vidas múltiplas, onde cada um encontrara uma possibilidade de estar vivo. Ouvi-lxs era dar espaço para me deparar com o racismo, as dificuldades na escola, os enredos familiares, o desejo de consumir e muitas vezes a impossibilidade de acessar aquilo que gostariam. Ouvi-lxs era também, a partir do espaço da escuta, pensar onde em cada um havia potência de vida. Circulei entre os projetos de vida e a possibilidade de futuro, as tecnologias de poder e o governo dos corpos: a institucionalização, o mundo do crime, a possibilidade de morte e sua proximidade, a internação psiquiátrica. Ao longo das experiências e das histórias acompanhadas, um cenário acerca do ser jovem e suas possibilidades foi se apresentando. Pude perceber que as políticas públicas às quais aqueles jovens estavam submetidos e que teoricamente estavam ali para auxiliar e fomentar suas respectivas vidas (Scisleski *et al.*, 2012), muitas vezes criavam uma normalização das possibilidades de existência, exigindo daquele jovem uma tentativa constante de se enquadrar naquilo que era esperado. Surgia então um desafio que diz respeito ao fato de que, muitas vezes, para o jovem chegar onde ele pensava, atravessado pelo discurso sustentado pelos adultos profissionais enquanto legítimo - um curso técnico, superior, um serviço formal - ele tinha que superar suas próprias dificuldades como o atraso na escolaridade, as questões de saúde mental, além da frustração frente ao sistema neoliberal e sua baixa remuneração, com longas horas de trabalho e a sociedade brasileira, marcada pela desigualdade econômica e racial. Como então sustentar a criação de projetos de vida diante de uma realidade complexa?

O que piorava o cenário era que diante dessa realidade, muitas das trabalhadoras responsáveis pela aplicação das políticas públicas liam o desejo do jovem como incapacidade de superação, falta de vontade de sair da situação que se encontrava e tendência ao *desvio de conduta*. Esse sentimento de frustração por parte das técnicas tinha seu fundamento, a partir do momento em que não viam os frutos de seus investimentos e as horas de seus trabalhos dedicados a construção de Planos Individuais de Atendimento (PIAS) previstas tanto nos serviços de Acolhimento Institucional, nas Medidas Socioeducativas e em outros serviços da rede socioassistencial e das políticas públicas. A criação do PIA é uma via institucional e jurídica de criar para o jovem, nesse caso, um projeto de vida, articulado com a rede de assistência e de saúde. Esse Plano constitui-se como uma ferramenta de governo dessa população jovem e em consonância com aquilo que Foucault (2008) nomeou como razão de Estado neoliberal. Por razão de Estado se compreende “aquilo que é necessário para manter a

integridade da República, além de ser a arte que possibilita que se conheçam os meios para manter a tranquilidade da mesma.” (Camati, 2015, p.180). Essa nova racionalidade própria ao Estado moderno é capaz de manter, ampliar e fortalecer a ação do próprio Estado. Segundo Camati (2015), são as práticas do Estado que são ampliadas e complexificadas no período moderno. A construção dos PIAS e sua respectiva frustração tem a ver com a tentativa de gerir vidas jovens desviantes para um funcionamento desejável para a sociedade.

Nesse sentido, a escuta singela aos jovens parecia dar uma outra dimensão da possibilidade de trabalho que existia. As entrevistas individuais que fiz em uma instituição de cumprimento de medida socioeducativa, por exemplo, foi onde pude, para além de aplicar um extenso Questionário da Juventude Brasileira, escutar sobre o envolvimento com o mundo do crime e como essa relação implica desafios e questões complexas às políticas públicas ao possibilitar o acolhimento do desejo imediato de conforto. Ao mesmo tempo, recordo então da fala de técnicas do local que tem uma escuta do adolescente atravessada pelo dever das mesmas de passar informações através de relatórios para o Judiciário que, em última análise, implica nos adolescentes forjando comportamentos e atitudes em prol da liberdade. Minha presença ali de alguma forma quebrava com os protocolos e com os pressupostos oficiais e acabou possibilitando um espaço de escuta, sem grandes pretensões naquele momento. É no a posteriori que tenho então pensado sobre como responder a minha questão sobre as possibilidades de trabalho que fomentem uma visão que aposte no devir jovem enquanto singular e no saber singular de cada um. Dessa forma, me parece preciso refletir teoricamente sobre como no ensejo das políticas públicas se cria uma normalização das formas de existência, que conseqüentemente torna o trabalho com os jovens *árduo*. Parto do entendimento de que essa dificuldade não está dada, mas é criada a partir do hiato entre a razão de Estado neoliberal que pressupõe certas práticas da população jovem e certo devir jovem que está imbricado em uma complexidade que o impede de acessar/ alcançar a normalização esperada. O mundo do crime, por sua vez, parece conseguir acolher de uma forma imediata ao desejo de conforto de vários jovens, se aliar a ele não me parece padecer de algum diagnóstico psiquiátrico, nem de graves problemas de conduta. Esse universo é pautado por regras e valores, de modo a existir uma “ética no crime e moral na violência” (Soares *et al.*, 2005, p.140)

Ocorre-me então refletir sobre como são produzidos esses discursos sobre os jovens cotidianamente e de que forma esses discursos são gerados e geridos pela própria Psicologia. Além disso, busco pensar sobre como a institucionalização surge como alternativa para gerir certas vidas jovens e como o saber psi tem sido conivente com uma racionalidade que opera

pela produção de morte pelo Estado, enquanto tecnologia de poder, a partir da dificuldade de se trabalhar com a pluralidade das juventudes e das diferentes concepções de vida envolvidas. De que modo as políticas públicas podem agenciar a diferença e produzir discursos outros? Como pensar espaços para além da institucionalização e da medicalização? Como pode o saber psi co-criar espaços possíveis que tenham como objetivo pensar na potência de vida e não tomar uma postura de conformismo diante da realidade?

Essas perguntas se fazem necessárias na medida em que meu escrito tem me levado ao encontro de um certo dualismo e a necessidade de pensar para além dele. O dualismo seria pensar que diante da realidade brasileira onde alguns jovens estão em uma situação de vulnerabilidade as opções de futuro e as perspectivas se dariam entre optar por um trabalho e estudos, entendendo que há dificuldades nesse caminho e, do outro lado, a possibilidade de envolvimento com o mundo do crime em busca de uma satisfação econômica mais instantânea porém perigosa. Entretanto, não cabe a mim fazer um juízo de valor e justificar o envolvimento com o crime. Ressalvo aqui que é de meu interesse refletir a partir da Psicologia como pensar alternativas na escuta e no acolhimento dos jovens que possibilite a construção de algo juntos e que aposte no saber que x jovem traz consigo. Trago aqui as palavras de Dutra (2018, p. 25), por entender que elas dão eco as inquietações as quais me refiro:

Há algo na relação com os adolescentes, e com os jovens, que precisa ser diferente. Aqui há a precisão necessária a esse encontro entre jovem e trabalhador – produzir sentidos que possam ser compartilháveis e perceber a sutileza do que está sendo dito – a depender da disponibilidade na escuta e de como ela consegue apanhar as diferenças que estão naquele dizer.

Em um primeiro momento, o caminho que tomo aqui é pensar como tem se gerido as vidas jovens e que relações são possíveis com xs jovens a partir do modo como se governa suas respectivas vidas. Para tanto, parto inicialmente da narrativa de cenas do cotidiano de estágio, onde escrevo sobre os movimentos de rearranjo da política pública, gerida pelo Estado, de acolhimento institucional onde realizo meu estágio. As cenas narradas vão de maio a setembro de 2019, que retratam as atividades da equipe dxs trabalhadorxs, entre reuniões cotidianas e emergenciais. Todas as narrativas abordam a mudança pela qual o serviço em questão passou no ano de 2019, nelas busco refletir e reflito sobre a mudança de perfil sobre quem será acolhido na instituição e os discursos que atravessam os sujeitos jovens que ali chegam. Além disso, reflito sobre como essas instituições dizem sobre como o Estado tem lidado com essas vidas. Essas narrativas não pretendem refletir a “verdade” sobre a vida dos

jovens, uma vez que toda e qualquer narrativa tem sempre o caráter ficcional. Dessa forma, elas funcionam nessa escrita como composições de cenas (Reis & Guareschi, 2016).

3 CENAS DO COTIDIANO E JOGO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE

3.1 BEM-VINDO PAULO

A cena narrada a seguir ocorreu em maio de 2019 e relata o acolhimento de um jovem por motivos de risco de vida.

Era um fim de tarde de segunda-feira e uma batida na porta interrompe minha supervisão de estágio local. A psicóloga é chamada às pressas: "tu tem que vir aqui, acabou de chegar um adolescente, a equipe do abrigo dele tá aqui para passar o caso."

Assim foi recebido o último acolhido a chegar do NAR Belém Novo, transferido rapidamente por risco de vida. A equipe que passou o caso era de uma casa lar da Restinga, que elas também pouco conheciam pois há apenas algumas semanas ele havia sido transferido para ali também, pelo mesmo motivo de risco de vida, de morte. "Ah ele é assim, não se vincula". Paulo⁴ passou apenas um mês nessa casa lar e nesse meio tempo fez o que não devia, no caso amizade com as crianças mais novas e os levava- para lugares nomeados pela equipe como inadequados. Isso não era novidade, pois nas últimas casas que havia ido também passara pouco tempo e assim ia circulando pelos serviços de acolhimento da capital. Quando as técnicas que passavam o caso foram questionadas qual problema seria mais sério em Paulo, as mesmas responderam prontamente que era a doença mental.

As técnicas do local decidem para qual das três casas ele deve ir. Para a X? Ah não lá tem um adolescente que chegou através do PPCAM que recém conseguiu se organizar, está trabalhando, estudando, melhor não colocar junto, pode sofrer má influência de Paulo. Melhor ir para a Y. Casa onde mora uma adolescente com uma questão bem delicada de vínculos e em um sofrimento psíquico importante; mas por uma questão de gênero provavelmente não se considerou a chegada desse novo adolescente como uma possível "ameaça" a "ordem" da vida dela. Assim o contágio moral de Paulo seria o menor possível, evitando-se os mesmos grandes riscos, de vida, de morte.

⁴ Nome fictício

3.1.1 Quem chega e como chega: a passagem de caso como uma ferramenta complexa de boas-vindas

Fala-se de Paulo como um adolescente de risco: ele de tão complexo é capaz de influenciar a todos, sejam crianças ou outros jovens. Não se pensa, entretanto, na possibilidade de Paulo “contagiar” ou ser “contagiado” positivamente, como se bons exemplos e vínculos pudessem ter um efeito sobre ele. Nos discursos, o que circula sobre o jovem é dualista, como se fosse possível classificar sujeitos entre bons e ruins e como se a existência de um, impedisse o surgimento de outro. Há luz no túnel dessa vida? Ou se transita em um terreno instável e perigoso, onde o que impera é a máxima de que *não tem o que fazer*? Quais ferramentas existem então para se trabalhar com esse jovem? Existem possibilidades de investimento para que o período de acolhimento dele neste novo local não resulte novamente em risco constante?

As transferências feitas às pressas que ocorrem por *risco de vida* dos jovens priorizam a tentativa de proteger aquele de morrer ou de ter sua vida ameaçada. Por outro lado, quem chega às pressas tem sua vida - complexa, intensa e carregada de histórias - “passada” nesse mesmo ritmo. A dimensão da complexidade da vida que chega entra em um jargão comum, que é dita sobre tantos jovens: a dificuldade em se vincular. Entretanto, o que é o vínculo se não a possibilidade de confiar, trocar e se sentir seguro ao estabelecer relações? Para que isso possa ocorrer, é preciso que quem está na posição de dar as boas-vindas, consiga o acolher em sua intensidade e a partir disso pensar o que se pode fazer, de modo a existir ali um comprometimento com aquela vida. Para que isso ocorra, Barros (2003) traz uma questão que me parece fundamental para se pensar alternativas de trabalho com as juventudes que coloquem à tona o não-saber dos profissionais que trabalham nessas instituições. É esse desconhecimento que talvez possibilite um acolher outro:

Partindo do princípio de que o que reincide são as instituições ao abordarem sempre da mesma forma o adolescente em suas diversas formas de expressar sua dimensão subjetiva, num Estado que não lhe oferece recursos e não escuta suas condições de vida, pensamos que devemos sair do lugar daquele que detém o saber sobre o que é melhor para o adolescente. (Barros, 2003, p.10)

Quando o caso de Paulo é passado em uma segunda-feira no início da noite, sem nenhum aviso prévio, as informações que são trocadas são as *essenciais*. Mas nesse campo de

trabalho, como definir aquilo que se constitui como essencial ao saber? No caso da cena, o que decanta da passagem de caso é o risco, a dificuldade em se vincular, o diagnóstico psiquiátrico. O que a equipe pensa a partir daí é na possibilidade de Paulo, com seu histórico - passado, cortado, desmembrado - contagiar os outros. A partir desses discursos, qual o lugar do não-saber que é possível? Existe lugar para se apostar em construir algo nesse novo acolhimento de, como nos diz Barros (2003), abordar o jovem de uma forma diferente? Ou melhor, supor que no não-saber algo sobre ele possa ser interessante, para que se construa algo com ele. Não penso que o ideal seria não saber nada, mas sim poder pensar uma possibilidade de que ao receber umx acolhidx se possa dar lugar ao imprevisível, além de também oferecer espaço para que x próprix adolescente fale sobre si. Por que não? Quem sabe a presença dx jovem ali nesse momento já abra espaço para se investir nesse acolhimento? Caso contrário, a pressa levou de encontro ao seguinte impasse: cada um que chega não encontra espaço para existir de outras formas, uma vez que o comportamento de risco, aliado a doença mental nesse caso, pressupõe que já se conhece *seu perfil* e suas possíveis atitudes.

Nesse sentido, enquanto Paulo espera na van pelo fim da reunião para ser levado até a casa que foi dirigido, uma história sobre ele também é fabricada. Diante disso, utilizo as palavras de Hadler (2010, p.101) para pensar que é nesse momento de reunião que “o diagrama de constituição do indivíduo vai sendo fabricado conforme os discursos colocados sobre eles. Os regimes de verdades, o olhar sobre o jovem, os sabres e a produção de conhecimento são alguns dos fatores que nomearão o jovem.”. Sua história assim, passada às pressas, é deixada para trás e permanece viva no próprio jovem e no prontuário, extenso, com diversos relatos de outras equipes de outros acolhimentos que possivelmente não se encontrará tempo para ler. Os regimes de verdades que vão se criando fazem parte da tentativa de encaixar as vidas em determinados lugares-comuns; como consequência, se abre a possibilidade de pensar uma vida a partir de pensamentos e ideias imaginárias sobre Paulo. As boas vindas não deixam de ser, nesse sentido, um ponto inicial que constitui como e de que forma se dará o acolhimento do jovem. Os desdobramentos a seguir são as formas encontradas pelo jovem de existir no mundo, sendo esse atravessada pela política pública de acolhimento institucional.

Sabemos seu nome, sua idade, seu diagnóstico psiquiátrico, suas medicações de tarja preta, mas sabemos os outros tantos detalhes de Paulo? Sabemos sua comida favorita, a atividade física que gosta, se prefere funk ou pagode, qual matéria vai bem na escola, que amizades mantém dos outros lugares pelos quais passou, se sabe ou não para onde estão o levando?

3.2 O PERIGO IMINENTE

Essa narrativa retrata uma reunião de equipe realizada informalmente em junho 2019, logo após o acolhimento de Paulo.

A diretora chama as técnicas presentes. O assunto é: vocês sabem por que esse adolescente (Paulo) foi transferido para cá? Porque aqui não tem risco, aqui é afastado, isso foram as próprias palavras do juiz. A conversa continua falando sobre o absurdo: o que essa instituição vai se tornar? A questão que abordavam era então da diretora do local compartilhando seu sentimento de desrespeito sentido ao receber esses acolhidos - ameaças. Para ela isso era considerar aquele local e seus trabalhadores como um nada, como alguém que vai ser colocado em ameaça, "como bichos", nas palavras delas. Eu de longe observava essa reunião e me questionava sobre a pergunta: O que isso vai se tornar?

Essa pergunta paira sobre a instituição de acolhimento pública e especificamente sobre cada Núcleo de Abrigos Residenciais. A possibilidade de mudança no perfil de quem será acolhido pela instituição faz surgir a questão sobre quem virá. Ou nada está oficializado e o que ouvimos nas conversas de corredores, no refeitório, nas casas não passa de rumores? O destino daquele espaço era o que a diretora estava ali compartilhando: para cá virão os egressos de cumprimento de medida em meio fechado ou os que estão próximos da maioria e tem alguma deficiência, ainda não está decidido. Na opinião da diretora não se pode ser inocente: precisamos dizer que não queremos os egressos da instituição de medida socioeducativa de internação! "Imagina..." E me pergunto ao olhar essa cena de longe, sem ser convidada para participar da reunião, mas ao mesmo tempo ouvindo tudo, o que é essa proteção que se faz ali e o que se permite fazer em nome dela. Será que é proteção o que se faz ali tantas vezes? Como é essa proteção que passa por querer proteger alguns e outros não. Por cuidar, por se debruçar, se envolver pelas vidas amáveis e ao mesmo tempo construir nessa prática vidas não amáveis, vidas que não estão só ameaçadas, mas que a qualquer momento podem também nos ameaçar e nos ameaçam: nosso saber, nosso corpo, nossos bens. Mas o foco não era proteger quem tinha sua vida ameaçada?

3.2.1 O Estatuto da Criança e do Adolescente: entre a proteção e o genocídio

Tava eu e dois amigos, ninguém envolvido
 fumando um cigarro, sem neurose em quem tá vindo
 de repente filho vem alguém gritando
 ‘ae cuzão, cês tão fudido’
 bala, sangue e pólvora temperam o ar agora
 outra mãe chora vendo o filho jogado no chão
 nasce um outro dia
 é sempre a mesma história
 mais um dos nossos sendo preso ou dentro de um caixão⁵

A impossibilidade de pensar em um acolhimento para esses adolescentes me chocava e as frases ditas sobre *eles* pareciam já ir criando a dificuldade de se pensar o trabalho com esse público. Como se de algum modo trabalhar com os jovens que já cumpriram MSE de internação fosse algo degradante e que a diferença colocada neste trabalho impossibilitasse qualquer construção de vida, de vínculo. O que era ouvido ressoava em tomar os adolescentes não como o artigo terceiro do ECA enquanto aqueles que “gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.” (ECA, 1990). Pelo contrário, pensar a proteção de quem estava sendo ameaçado de morte nesse caso era algo que parecia ser evitado a qualquer custo.

Então ao mesmo tempo em que a equipe tem dificuldade e inabilidade para lidar com tantos adolescentes, ela se exime do papel que lhe cabe. O fazem não de forma individual, mas enquanto trabalhadoras, ao operar uma política pública de alta complexidade que é o acolhimento institucional. A postura expressa individualmente era a do medo e do risco de ter próximo a si possíveis ameaças. Contudo, a representação enquanto trabalhadoras desse serviço me parece ser a de poder fazer uma reflexão de fato sobre o que está se passando em um contexto maior, que é o contexto da violência urbana, do crescimento do poder das facções criminosas em Porto Alegre e do genocídio da população jovem brasileira. A necessidade de acolhimento para os guris que saem de outra instituição é exclusivamente para aqueles que não tem uma rede familiar disponível a acolhê-los e que se retomarem sua liberdade e seu direito de ir e vir serão provavelmente mortos. Como pode, então, uma política pública de acolhimento se eximir dessa responsabilidade? Tirar nosso corpo da

⁵ Estrofe da música Contas para Pagar. Artista: Akira Presidente, Álbum Fa7her, ano 2017.

exposição ao risco de morte que vem junto ao ingresso desses jovens nesse caso é um privilégio branco que se expressa ao sermos coniventes com o que se passa com a juventude brasileira. Não se trata de individualizar essa questão nas trabalhadoras dessa instituição, mas pensar sobre a inexistência de um espaço à nível municipal e estadual que de fato deseja acolher esse público. Por que será?

O Atlas da Violência de 2019 (Cerqueira *et al.*, 2019) traz um dado fundamental para quem trabalha com políticas públicas da Juventude: eles abordam a questão dos homicídios de jovens entre 15 a 29 anos em todo o país e fazem uma compilação dos dados desde 2007. Ou seja, dez anos onde se pode ter uma *ideia* sobre o aumento deste tipo de crime no país; é uma ideia no sentido de que muitos dos homicídios que ocorrem não fazem parte desses dados, havendo uma subnotificação da violência de Estado (Teles, 2018). Meu foco não é analisar cada dado do Atlas, mas tratar ele como uma ferramenta de trabalho. Trago brevemente os dados sobre o estado do Rio Grande do Sul que, em dez anos, teve um aumento de 50,8% no número de homicídios de jovens. O caso do Rio Grande do Sul é semelhante a alguns estados do Brasil que contrariam a média nacional, onde o crescimento de homicídios de negros tem crescido em comparação com os não negros; no Estado gaúcho o índice de crescimento decenal da letalidade de negros foi menor vis-à-vis a de não negros: +30,3% contra +45,2%. É uma realidade similar aos Estados do Tocantins (+98,0% contra +199,0%); Pernambuco (-0,9% contra +142,4%); Paraíba (43,7% contra +138,5%); Pará (+75,6% contra +81,8%); ; e Rondônia (+13,3% contra +28,9%). Para os autores e autoras do Atlas “se constata a continuidade do processo de profunda desigualdade racial no país, ainda que reconheçamos que esse processo se manifesta de formas distintas, caracterizando cenários estaduais e regionais muito diversos sobre o mesmo fenômeno” (Cerqueira *et al.*, 2019).

De qualquer modo, os dados de homicídios da população jovem deste país são alarmantes e constituem na visão de estudiosos o que se nomeia como genocídio institucional e sistêmico, definido por Edson Teles (2018, p.24) como:

O quadro da violência indica como vítimas endêmicas jovens negros e pobres nas periferias, bem como mulheres, em especial a mulher negra. Esta é a principal estrutura da violência: o binômio machismo e racismo. É a síntese de uma sociedade bélica, ainda que astuta o suficiente para se declarar respeitosa das diferenças e racialmente democrática. Se somarmos o fato de que o futuro breve das gerações de jovens será de graves dificuldades no acesso aos direitos trabalhistas, previdência social cada vez menos abrangente e mundo do trabalho precário, a violência poderia ser nomeada genocídio.

Nesse sentido, quando falo de se pensar no contexto brasileiro e genocídio da juventude é no sentido de poder fazer um movimento necessário de compreender as forças que estão em jogo quando se fala no acolhimento de jovens em risco. O que se passou na vida destes jovens para que hoje formem uma população que necessita de uma política pública específica? Que processos de subjetivação estão em jogo uma vez que a violência parece ser o diálogo entre uma parcela da juventude? Diversas perguntas podem ser formuladas para tentar compreender esse fenômeno que em um período de dez anos transformou a dinâmica da violência urbana no Estado e no país (Benício *et al.*, 2018) Quando então uma instituição pública é atravessada pela possibilidade de ter de acolher esses jovens em risco, as diretrizes colocadas no ECA sobre a proteção à infância e à adolescência parecem ser deixadas de lado e o que emerge da ordem soberana de se acolher esse *perfil* é a afirmação do abandono, por não se ter os instrumentos, nesse caso, teóricos para compreender as forças em questão.

Nos discursos do corpo técnico, mesmo em meio a populações extremamente vulnerabilizadas, se criam constantemente recortes populacionais em relação àqueles que merecem ou não nosso investimento. Cria-se uma cisão entre os trabalhadores, majoritariamente brancos, entendidos como “cidadãos de bem”, e em oposição estão aqueles que devem ser acolhidos e são *marginais, problemáticos, perigosos*. Dessa forma, o ECA, considerado como um marco histórico por propor um paradigma sobre as crianças e adolescentes no sentido de superar uma visão inferiorizante, é deixado de lado em prol de práticas do passado que veem o jovem enquanto um *menor* indesejado, cabendo à instituição o papel de ampará-lo. O serviço de acolhimento ao anular toda essa discussão faz operar, em última análise, a necropolítica (Mbembe, 2018).

Esta tecnologia de poder parece ser fundamental para se tentar compreender os índices de violência contra a juventude, especialmente a juventude negra. Tal ferramenta teórica tem auxiliado a pensar também sobre os dados do Mapa da Violência de 2016, onde se constatou um aumento dos homicídios de jovens de 699,5% entre 1980 e 2014 (Waiselfisz, 2016) e sobre os dados alarmantes do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2017) que revela que 99,3% das pessoas assassinadas em 2016 eram do sexo masculino, dentre elas 81,8% tinham entre 12 e 29 anos e 76,2% eram negras. Mbembe (2018) define a necropolítica como tecnologia de produção e gestão da morte na contemporaneidade. O autor, segundo Benício *et al.* (2018, p.195) se propõe a

Analisar a violência e o fenômeno da destruição massiva de pessoas e a criação de mundos de morte que ilustram a continuidade da colonialidade e do imperialismo no âmbito da democracia liberal, na qual certos grupos

populacionais são posicionados como ‘mortos-vivos’, por meio de processos e práticas de desumanização, coisificação e indignificação de suas existências

Pensar a necropolítica nesse caso é uma forma de exercitar o pensamento para refletir o quanto nessas instituições de acolhimento, nos seus modos particulares de gestão, estão forças que são contrárias ao seu objetivo primeiro, qual seja o da proteção. Isso não parece acontecer de maneira aleatória, mas faz parte de uma lógica discursiva e é preciso estar atento a ela para que não se acabe reproduzindo-a. Segundo Scisleski *et al.* (2012) entender os discursos colocados sobre os jovens e as práticas que atravessam essa população “como parte das forças que assim a constituem, pode ser um caminho para provocar deslocamentos quanto ao lugar que a psicologia ocupa nesse campo, além de questionar o âmbito das próprias políticas públicas.” (p.27). Trazer os dados sobre a violência é pensar no contexto brasileiro marcado pelo passado colonial, com regime escravocrata durante três séculos, no qual “tortura e punição que se reeditam de diferentes formas, as quais falam de um modo de subjetivação brasileira.” (Dutra, 2018, p. 39). Dessa forma, é fundamental estar atento a tais estatísticas e o que elas produzem, que de forma alguma estão dissociadas do trabalho feito em um contexto de alta complexidade. Além disso, e principalmente, retomo minha questão de em que medida somos nós, enquanto profissionais, que legitimamos a produção de morte? A partir do momento em que se legitima que existe um perfil de sujeitos perigosos, má influências ou adjetivos do gênero, se está também entrando em uma rede discursiva que expõe o sujeito jovem à morte, ao invés de propor alternativas/estratégias que levem em conta a vida.

3.3 SINTA-SE EM CASA, MAS NÃO TANTO!

Essa cena de julho de 2019 versa sobre uma reunião do abrigo residencial onde está Paulo, que ocorre uma vez por mês. Ela funciona como espaço para se falar igualmente sobre todos que estão ali acolhidos.

As reuniões de casa que ocorrem após o acolhimento de Paulo giram em torno de sua pessoa. Esses encontros ocorrem uma vez por mês e configuram-se como um espaço para falar sobre como está cada acolhido, tanto na sua rotina da casa, como a situação social. A dificuldade de cuidá-lo, a influência dele sobre os outros acolhidos, a falta de educação do jovem leva as educadoras a não visualizar a possibilidade de construir vínculo com Paulo. Recorre-se então a outras instituições para dar conta de uma educação impossível. A cada

agressão e insulto do jovem dirigido às educadoras, se tem como procedimento encaminhar o guri para o DECA e lá fazer um boletim de ocorrência contra ele. Alimenta-se assim a ilusão de que será possível educá-lo, até que um dia quem sabe ele terá boletins suficientes para cumprir uma medida socioeducativa de internação, afinal era por pouco que ele ainda não havia sido internado lá.

Quando as pessoas que ali representam a psicologia comunicam em reunião o projeto que Paulo pensa para si, qual seja o de ser cabeleireiro, muitas trabalhadoras rechaçam: a possibilidade de ele andar armado é um risco! Uma profissão que usa tesoura e navalha como instrumento e que faz da estética um meio de expressão, trabalhando com a criatividade e invenção não poderia ser uma opção. Isso porque o risco constante é o que vem a tona, a primeira - e parece que - única dimensão da vida. O fato de ser uma inscrição simbólica importante, de ter um lugar diante dos outros e de ser uma forma legítima de sustento não fazem parte do raciocínio. Paulo vai se tornando assim um adolescente no qual a própria ideia de liberdade é um risco, uma vez que aquilo que ele deseja pode ser perigoso, não para ele, mas para quem está ao seu redor.

Quando o guri por iniciativa própria cria um vínculo com a barbearia do bairro e se torna um “jovem aprendiz” de maneira independente, a equipe então reconhece o movimento e busca conversar com o responsável pela barbearia. Mas algo não sustenta a presença dele ali. Depois de algumas semanas, o jovem aprendiz independente não compareceu mais ao local, ninguém sabe o porquê. Se envolveu em brigas? Cansou do trabalho e preferiu ficar as tardes nas praças? Talvez essas perguntas fiquem sem respostas porque ninguém conseguiu, além dele mesmo, investir nesse espaço e Paulo teve que sustentar sozinho sua presença, tendo ele suas dificuldades. Aquilo que poderia ser uma esperança, torna-se mais uma confirmação de que de fato o vínculo é mais complexo do que se imagina. Não se reconhece as dificuldades singulares desse adolescente, na sua relação com o outro e seu funcionamento muitas vezes infantil, o que impossibilita acolhê-lo; em contrapartida, se opta pelas vias repressivas de cuidado na esperança ilusória de que alguma mudança aconteça.

3.3.1. O risco que não chega a lugar nenhum

O cuidado com Paulo só parece ser possível pela via da disciplina. O jovem caminha pela corda fina e bamba de estar em risco e ser um jovem de risco. O motivo de ele ser encaminhado para a instituição em questão era porque ele estava em risco e precisava ser levado para um espaço seguro, que era um território afastado do centro na visão da pessoa

investida de autoridade pública para exercer a magistratura em nome do Estado, x juizx. Porém, quando Paulo chega nesse lugar, o espaço em pouco tempo torna-se familiar. Faz amizades, frequenta os bailes, as praças, vive seu devir jovem. É esse mesmo devir, contudo, que é visto por quem o cuida com dificuldade, por entender que o risco era fruto dessa circulação própria pelo bairro. As falas, atitudes e ações do jovem são lidas como se algo nele estivesse errado, de modo a sustentar que o problema era *individual* e que a solução seria da ordem da punição. Alimenta-se assim a ideia de que para lidar com o jovem a ferramenta necessária não é a aposta no vínculo, no seu devir e suas possíveis potencialidades, essa última enquanto aquilo que ele é capaz de fazer com as ferramentas simbólicas que possui. Ao invés disso, subjetiva-se o jovem com olhares que se colocam a julgar, de um lugar moral, “as coisas erradas” feitas pelos adolescentes, justificadas pela incapacidade de “querer se ajudar”. Para Scisleski *et al.* (2012, p.23) o que se evidencia com tais práticas é

A persistência de certa leitura do social feita por muitos profissionais, e pelos próprios jovens, que os concebe em uma vida sem grandes possibilidades de saída de uma situação de marginalidade, uma vez que os modos de entender esses jovens como potenciais criminosos ou doentes (ou ainda ambos) mantêm o foco no sujeito individual, sendo ele então o único responsável por seu problema ou, no máximo, a família desestruturada de onde ele provém.

O discurso que vai circulando pela instituição sobre o jovem passa pela dificuldade em cuidá-lo e faz surgir práticas antigas no sentido de que não se baseiam na proteção integral prevista pelo ECA (1990), mas sim na prática de *abrigagem*. Essa remete a uma época no qual havia uma preocupação com a gestão e tutela desses adolescentes nomeados como perigosos. O discurso do modelo disciplinar fez surgir uma sociedade de normalização, que tinha como um de seus pilares a vigilância e a prevenção (Cruz *et al.*, 2005). A tentativa das educadoras de cuidado são os boletins de ocorrências que evidenciam a relação de poder que se institui nesse espaço e traz para o cotidiano uma judicialização do cuidado.

Entretanto, diversas autoras nos alertam sobre as consequências da sociedade disciplinar e suas respectivas práticas. Sabe-se que a subjetivação do poder disciplinar tem suas consequências, de modo a produzir realidades, sujeitos e objetos (Cruz *et al.*, 2005; Moraes & Nascimento, 2002; Foucault, 2008). Como consequência, os jovens também se subjetivam por esse cuidado. Se os movimentos que questionaram o poder disciplinar recusaram as identidades fixas e patologizadas e tiveram como consequência transformações importantes na história (Moraes & Nascimento, 2002), por que a norma insiste em retornar como prática do cotidiano dessas instituições? Além disso, que efeitos essas práticas

disciplinadoras têm sobre os sujeitos? Enquanto saber psi nos tempos atuais ainda é possível sustentar que essa forma de produção e gestão das vidas é interessante do ponto de vista da produção de subjetividade?

Para Paulo por exemplo que tem suas dificuldades, será que ao se insistir em como ele **deve ser**, assim ele irá *aprender e obedecer*? A tentativa de se recorrer a uma possível institucionalização privada de liberdade é uma penalização do sujeito por não se adequar ao esperado. Criam-se assim performances, e não à toa quando converso com Paulo ele me conta que seu desejo para o futuro é de ser um bom menino, comportado, estudioso, educado. O que ele fala parece dizer mais do processo de subjetivação que a instituição produz sobre ele, do que aquilo que surge espontaneamente dele, uma vez que ao sair da sala onde conversávamos ele passa a discutir com as trabalhadoras por questões que diziam respeito à limitações acerca de sua autonomia e liberdade. Pensar nesses acontecimentos cotidianos é estar atenta a como nessa materialidade as relações de poder estão colocadas, como nos diz Moraes e Nascimento (2002, p.92):

Aprender essas relações nos leva a visualizar a importância das microfactualidades que se dão nas práticas do exercício de poder cotidianamente. Tanto o mundo quanto os sujeitos são forjados nessas práticas, não havendo, pois, nada pronto, dado, qualquer materialidade “natural”

Outro efeito das tecnologias disciplinares consiste em controlar e prevenir o que se reconhece como periculosidade. Esse é o elemento que permite que os indivíduos sejam considerados pela virtualidade de seus comportamentos possíveis e não por infrações efetivamente cometidas. O risco surge então como esse terreno de perigo e alerta onde “uma série de medidas e reivindicações emergem, buscando minimizar os perigos que colocam a vida em cheque e reduzem a liberdade e a segurança das pessoas.” (Moraes & Nascimento, 2002). Assim a biopolítica e a necropolítica atravessam o cotidiano constantemente a partir do momento em que mesmo em meio a populações vulnerabilizadas é possível fazer recortes populacionais entre os que merecem ou não investimento, atenção, cuidado, preocupação. Significando que algumas vidas têm valores, outras não, sendo isso sustentado sutilmente nas falas, na organização institucional e no processo de subjetivação de quem ali está acolhido.

A preocupação com o jovem, que constitui as políticas públicas, demonstra um cuidado que toma o mesmo como problema, atrelado ao risco, numa tentativa de normalização do diferente. Para Hadler (2010, p.40) está em jogo a manutenção de uma racionalidade de controle e vigilância sobre essa população, o que relembra as antigas práticas de institucionalização do sujeito jovem que “mesmo de vigorar por outros meios e através de

diferentes estratégias, apresenta sutilmente um instituído de ‘menores’ que ainda permanece”. O que se passa com Paulo - que seja individualizado nele o problema - não se trata de algo incomum. Lê-se o jovem pelos seus comportamentos e pune-se os mesmos nesse sentido. Qual o espaço possível então para a criação de vínculo? Ao não conseguir sustentar sua presença na barbearia, ele também acaba por “legitimar” para a equipe do acolhimento sua *incapacidade* e também evidencia a falta de aposta de todos nele: a profecia se autocumpre: “os resultados temidos são a consequência paradoxal das ações orientadas para evitá-los ou contorná-los” (Soares *et al.*, 2005, p. 183). O risco, que anuncia o que há de pior para acontecer, tem como consequência final o encontro com o nada, com o vazio de vida. O nada é marcado pela docilização dos corpos que limitam a capacidade de expandir-se, pela medicalização constante que bloqueia os pensamentos críticos e reativos e por sujeitos sem autonomia para viver seu próprio devir.

3.4 A NOVIDADE CHEGOU

Essa cena ocorreu em agosto de 2019 e trata-se de uma reunião emergencial onde foram chamados todos os trabalhadores daquele núcleo de abrigos junto às pessoas da direção responsáveis pela instituição. O intuito foi se reunir para falar da mudança de perfil que aquele espaço iria acolher a partir daquele mês. De qualquer forma, a reunião ocorreu alguns dias após a chegada do primeiro adolescente egresso de uma instituição de cumprimento de MSE de internação e o clima na instituição era de despreparo e medo.

O que aconteceu hoje vem sendo anunciado pelos olhares, pelas desconfianças, pelo o que chega até nós e pelo o que não tem chegado mais. A mudança de perfil que será acolhida é uma mudança necessária para alguns, impensável para outros⁶.

Diante da novidade compartilhada com os educadores, um deles diz: “se somos um serviço de proteção e se temos dificuldade em acolher é porque talvez tenhamos perdido o fio da meada, o objetivo do que fazemos aqui.” O que ele diz reverbera em pensamentos que se chocam com as certezas tão frágeis de revista, de muros, de regras. Trazem a tona, assim, o desamparo no qual nos encontramos onde as respostas acolhedoras são escassas e não dão conta do que é demandado. Pensa-se em revista, para quando o jovem chegar em casa, mas como seria isso? O que é permitido fazer na lei do ECA no que tange o acolhimento

⁶ <https://www.mprs.mp.br/noticias/49340/> - TJ determina a implementação de serviço de acolhimento institucional destinado a crianças e adolescentes ameaçados.”

institucional? O que é o SINASE, se perguntam xs trabalhadrxs? O espaço do desconhecido do que está se passando com a instituição de trabalho abre para a angústia e é capaz de tornar o ambiente de reunião, no qual se encontram cerca de quarenta adultos, um lugar para se pensar como revistar um adolescente que chega da rua e quer entrar na sua casa, lugar esse onde até então se priorizava a proteção e o cuidado. Diante do iminente risco, o cotidiano se constitui como possibilidade de antecipar qualquer chance de perigo. Mas quão real é esse perigo? O adolescente se torna então esse gigante, capaz de atrocidades, de ter quilos de maconha no armário, de andar armado, de atirar a qualquer momento, de ser perigoso para as crianças, para os bebês, para as mulheres e à qualquer possibilidade de liberdade.

A reunião que fez surgir esses questionamentos foi puxada pelas equipes responsáveis pela direção da instituição e o discurso sustentado por elas é o de pensar esse novo momento, que se coloca de maneira soberana, coletivamente. Afinal, segundo essa equipe de direção, tampouco elas sabem o que fazer e a tentativa que ali se fazia presente era o que consideravam o melhor que podiam fazer. “Vimos aqui para construir juntos!” Algumas frases parecem tão libertárias, bonitas e potentes, mas em certas situações - como essa por exemplo - não criam braços capazes de abraços. Essa frase, assim como outras do tipo “faça o que você quiser”, podem ser tão possuidoras de liberdade, como vazias de sentido. Ao serem ditas parecem trazer consigo a angústia e abrem espaço para um nada que dá medo. Essa frase dita por pessoas em cargos importantes no organograma da empresa em um momento de reordenamento do público que será atendido coloca em jogo forças e afetos que dificultam ainda mais o foco do trabalho. Ao não se ter respostas sobre quantos adolescentes se deve esperar, com que divisão espaço-temporal será feito o encaminhamento dos 120 jovens ameaçados que a instituição irá acolher, entre outros detalhes, a figura do adolescente torna-se ainda mais amedrontadora.

Discute-se então como será feita a proteção. Não só do jovem que tem sua vida ameaçada, mas principalmente a proteção dos trabalhadores, da sociedade, do bairro. Antes de começar a reunião, eu estava em um atendimento com uma jovem e ouvimos o barulho do movimento aumentar, até que ela me chamou para olhar na janela as visitas: “o que tá acontecendo aqui, será?”, ela se pergunta. Aos poucos foram chegando os carros, carros bons, chiques - percebe a jovem. O discurso alienado das mulheres brancas e arrumadas, que trabalham no centro da cidade e se reúnem na ponta quando a situação é crítica, é uma presença confusa com um discurso que soa estranho. O início da reunião é com a fala de uma dessas mulheres que explica o que está acontecendo e o motivo das mudanças. Trata-se da

execução de uma ordem judicial vinda do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul. Nessa ordem que culminou com o encaminhamento de um adolescente, o local endereçado foi Belém Novo, especificamente para a instituição em questão. A notícia soa tão aleatória, quanto a presença de duas pessoas que elas trazem consigo com o objetivo de “compartilharem” suas experiências de trabalho. Quem seriam essas duas pessoas? Pessoas que haviam trabalhado na época da FEBEM e que estavam ali para contar como havia sido seus respectivos trabalhos há alguns anos atrás, mais precisamente 17 anos. Essas pessoas não tiveram, entretanto, a chance de compartilhar pelo inconveniente da circunstância. O convite e a presença desses dois trabalhadores deixam, contudo, questões a se pensar sobre esse momento de mudança...

Eu que saí do atendimento e me deparei com a sala da equipe técnica cheia, de pessoas e de sentimentos, busquei meu lugar no canto da sala atrás do computador e de lá presenciei a reunião, me dividindo entre cumprir meus afazeres de estagiária e ouvir o que estava sendo dito. O que escutei foram os educadores compartilhando seu desamparo, seu despreparo, alguns com um semblante de angústia: como lidar com o novo que surge de uma forma soberana, sem diálogo, sem cuidado? Alberto⁷ chega e expõe nossas fragilidades, nosso amadorismo e faz com que nos questionemos sobre nossa capacidade - enquanto trabalhadores dessa instituição - de acolhimento. Evidencia os movimentos de retrocesso, que vêm acontecendo em diferentes esferas, e que trazem à tona a facilidade em aderir à práticas coercitivas, disciplinares, perfiladas e de monitoramento unicamente.

3.4.1. O governo das vidas jovens: medo que dá medo do medo que dá⁸

De acordo com o censo de 2010 (IBGE) o Brasil tem uma população de cerca de 51 milhões de jovens, aproximadamente um quarto da população total. Para Perondi e Stephanou (2015) esse é um dos motivos pelos quais se deve dar atenção especial para esse segmento populacional. Os outros motivos defendidos pelos autores seriam a dimensão da violência, sendo os jovens responsabilizados pelo aumento de tais índices; as mudanças tecnológicas e a novidade do mundo digital; o surgimento nas últimas cinco décadas de uma cultura juvenil com características próprias; e por fim os desafios educacionais e a urgência de se atualizar os processos pedagógicos, uma vez que se percebe que tanto jovens quanto os adultos têm de

⁷ nome fictício do nosso segundo personagem

⁸ Estrofe da música Miedo. Artista: Lenine e Julieta Venegas, Álbum Acústico MTV, ano 2006

aprender juntos, superando sistemas educacionais rígidos e hierárquicos (Perondi & Stephanou, 2015)

Para compreender o que está sendo de fato discutido na reunião narrada acima, é preciso primeiramente, fazer uma retrospectiva quanto às políticas de governo da vida dos jovens em vias de serem acolhidos e retomar a discussão de como uma política pública tão específica para “crianças e jovens ameaçados” encontra possibilidade de ser criada. O Governo do estado, representado na figura da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, tem como planejamento estratégico para 2019 até 2022 a implementação de três grandes projetos, a saber: RS Cidadania, POD+ Programa de Oportunidades e Direitos e Reconectando Vidas. Essas políticas trazem como objetivo estratégico principalmente o aumento da segurança e o combate ao crime, aliado à promoção de inclusão social e o espírito de cidadania. Entendo que neste escrito não dou conta de analisar tais estratégias específica e detalhadamente. Ao invés disso, penso que cabe a mim a análise, não das profundidades colocadas, mas das relações estabelecidas no cotidiano da instituição atravessada/atropelada pelo dever de fazer cumprir tal política pública nomeada *Reconectando vidas*.

Quais vidas se pensa em reconectar e de que forma se pensa em costurar junto ao Estado as vidas jovens consideradas *desconectadas*? O que parece decantar dessas políticas para a juventude é uma preocupação com o envolvimento desta com a criminalidade, de modo a articular toda uma rede de políticas públicas para se controlar esses jovens de/em risco. Scisleski et al (2012) nos alertam para o perigo de se tomar a juventude enquanto problema, como parece ser o caso das medidas tomadas pelo Governo do estado do Rio Grande do Sul. Para as autoras, as políticas investidas tem um alvo específico qual seja os jovens pobres, ditos violentos e/ou usuários de drogas, pois são esses que segundo o Estado demandam soluções. Cria-se então uma relação entre a juventude que precisa estar em um local definido e sob o olhar desse Estado - Centros da Juventude - , que terão o apoio necessário da polícia - Bases comunitárias móveis implantadas nos territórios dos CJs - , e caso ainda assim um guri ou uma guria venham a cometer algum ato infracional haverá novos espaços destinados, visto que os que existem encontram-se superlotados⁹ - Construção de três CASES com 210 vagas. Esses três últimos pontos fazem parte do *Programa de Oportunidades e Direitos*, no qual tem como objetivo primeiro o combate ao crime e o aumento da segurança. Se mesmo assim todo o controle fornecido não der conta de cooptar essas vidas, o Estado fornecerá um espaço de

⁹Conforme divulgado em notícias nos meios de comunicação: <http://www.onacional.com.br/geral/cidade/90458/autoridades+pedem+medidas+a+fase+diantede+superlotacao+do+case>; https://www.jornalnh.com.br/_conteudo/2018/09/noticias/regiao/2314792-case-de-novo-hamburgo-tem-4-vezes-mais-jovens-internados-do-que-outras-unidades-do-rs.html

proteção *efetiva* - implantação de programa de acolhimento institucional específico para crianças e adolescentes ameaçados de morte, *RS Cidadania*. Diante dos esforços de se tentar investir nessas vidas, qual será o efeito disso na prática? Seriam essas, em última análise, mais práticas de institucionalização da juventude - aquelas citadas por Hadler (2010, P.35) que tem como característica “O olhar sobre as deficiências e sobre os problemas relacionados aos jovens, produzindo estigmatizações, normalizações, regulamentações”?

Quando surge a demanda de trabalho de se acolher jovens ameaçados de morte, a angústia é um pouco do que a narrativa acima tenta dar conta. Para aqueles que trabalham na ponta, a mudança de perfil que será acolhida é marcada pelo medo do que virá. As práticas de acolhimento que outrora não encontraram dificuldades em serem cumpridas, tornam-se alvos de questionamentos do que o Estatuto da Criança e do Adolescente *permite* fazer. Nesse sentido, as palavras de Scisleski *et al.* (2012, p. 21) ressoam ao fundo da reunião:

Ao se buscar proteger os jovens vítimas de violações de direitos, se produz inversamente uma série de práticas de caráter normalizador e punitivo na vida desses sujeitos, já que muitos dos programas que esses jovens se vinculam ainda prescrevem uma forma de tratamento pautada na ideia de que eles compõem uma grande ameaça à segurança pública.

As práticas de cuidado propostas por grande parte dos presentes na reunião tentavam dar conta de um jovem perigoso, que pode ameaçá-los, e para que tal ameaça não ocorra surgem ideias de controle do corpo jovem, pela revista e pela fixação de regras da casa. O ambiente que até então acolhia e protegia quem chegava, começa a construir modos de se efetivar o trabalho que tem como lema a disciplinarização dos corpos, ao mesmo tempo em que se sustenta que é isso que o jovem precisa. O que está em jogo não me parece dissociado de uma discursividade colocada sobre a população juvenil e seu respectivo governo.

Nesse momento, penso ser importante uma reflexão teórica que aborde a questão de quando a vida jovem passa a ser tratada como uma população que necessita de uma política exclusiva. A literatura aponta (Cruz *et al.*, 2005; Halder, 2010) que a escravização, que teve fim com a Lei Áurea em 1888, foi o marco histórico onde o problema da *população* surgiu. O fim desse período teve como consequência um aumento excessivo do contingente pobre nas áreas urbanas. A incapacidade brasileira de dar um suporte adequado aqueles que outrora eram privados de liberdade e tinham seu direito de existir às custas de seus senhores, tiveram sua liberdade forjada, pois não lhes foi dada a possibilidade de uma existência digna. Dessa forma, o que se formou na época foi um contingente de pessoas em situação de vulnerabilidade, nomeados na época como degenerescentes e as classes perigosas. A

intervenção sobre os jovens foi ainda mais intensa, pois com a industrialização da sociedade e sua modernização, o jovem passa a ser visto como parte essencial para o desenvolvimento da sociedade. Desde então, o sujeito jovem deixa de ser considerado como indivíduo e passa ao patamar de população, levando o governo a adotar práticas específicas para gerir tal população que traz consigo traços particulares e saberes específicos (Hadler, 2010).

O sujeito jovem, atravessado pelo contexto práticas higienistas no país nos anos de 1920, vai deixando de ser um abandonado para tornar-se um *menor*, cooptado pelas políticas de internação. A categoria de menor (Campos, 2007) passa a operar até os anos de 1980. Essa categoria se referia a uma parte específica da sociedade e era associado a um caráter estigmatizado. Em 1927 cria-se o Código de Menores que aborda a figura do jovem enquanto um perigo e um fardo social - isso porque essa população estava à margem da sociedade burguesa e sua presença nas ruas incomodava e ameaçava a ordem da vida dos ditos “cidadãos de bem”. Ao longo dos anos após o Código, foram criados outros órgãos específicos para proteção dos jovens que segundo Hadler (2010) refletiam a persistência da norma e da disciplina com a finalidade de tornar os “menores” menos aterrorizantes para a sociedade.

É a partir então desse investimento que se produz discursos e saberes para gerir as vidas jovens, com a produção de um aparato teórico que vem sustentar o modo de governar essa população. Uma análise das tecnologias de poder se faz necessária para compreender de que modo diferentes saberes produzem discursos que vão, conseqüentemente, produzir possibilidades de ser jovem e que em última análise criam estratégias de governo para assistir certos jovens. Hadler (2010) ao pensar sobre como surgem as práticas de institucionalização da juventude no Brasil e como essas se tornaram políticas públicas, argumenta que tais práticas são tomadas como ações que transcorrem na história, operando sobre os indivíduos e dirigindo o modo pelo qual eles se conduzem e devem ser conduzidos, tendo como consequência a fabricação de verdades e sujeitos.

Para compreender de que forma as vidas tornam-se governáveis, Guareschi *et al.* (2010), propõe pensar que é a partir da constituição do Estado Moderno que surge à ideia de descentralizar o poder, contrapondo uma característica fundamental da tecnologia de governo soberana na qual o poder se centrava em uma só figura. O governo na soberania visava o bem comum a partir da obediência às leis e o poder era personalizado na pessoa do rei e sua respectiva família à qual eram tomados como modelos a serem seguidos. O que possibilitava que um rei fosse considerado bom era a capacidade de ele governar a si mesmo, pois assim conseguiria governar o território e seus súditos. Com o poder centrado em si, cabia ao

soberano decidir sobre quem devia morrer e quem poderia viver. É no contexto histórico do fim das estruturas feudais e com a conseqüente instauração dos grandes Estados territoriais e administrativos que a descentralização do poder opera. O governo passa então pelas ações dos próprios cidadãos, de modo que as ações de governo do Estado tornam-se uma maneira de dirigir a conduta dos indivíduos ou de grupos para um fim esperado. Dessa forma, o biopoder coloca o ser humano enquanto alvo de uma trama de estratégias de governo e a população passa ser alvo e fim do governo. Diferentemente da soberania, na qual o foco do controle sobre a população se dava pela gestão da morte, o biopoder propõe pensar a vida como elemento central que organiza a relação entre indivíduo e Estado (Guareschi et al., 2010).

O biopoder vai se desenrolar em duas tecnologias de poder importantes, principalmente no que tange a compreensão das políticas públicas que se voltam para a juventude, qual seja a disciplina e a biopolítica. A primeira diz respeito aos saberes que vão sendo construídos sobre os indivíduos que produzem técnicas que tem como objetivo explorar o potencial máximo de cada corpo. Produz-se a noção de norma e surgem políticas públicas que tentam dar conta de (re)formatar os sujeitos. Nesse sentido, o biopoder opera estimulando certas vidas e deixa morrer outras, agora nos espaços de exclusão criados a partir dos saberes da medicina, psicologia, etc. As instituições tornam-se então locais nos quais os indivíduos exploraram seus potenciais, criando corpos assujeitados a partir de determinados saberes. O poder se definirá, segundo Mbembe (2018), como um campo biológico do qual toma controle e no qual se inscreve. A biopolítica por sua vez gere a vida para regulá-la em todos os âmbitos através do manejo da população, através de campanhas e técnicas para direcionar a população aos fins desejados. Para além da normalização dos indivíduos, trata-se da gestão dos índices pelas estatísticas. Assim, interessa a promoção e a prevenção de índices que interessam ao Estado, superando a necessidade de um modelo único - investe-se na vida e em sua qualidade.

Entretanto, seriam essas três tecnologias de poder apresentadas suficientes para compreender as próprias estatísticas produzidas de violência contra a juventude, especialmente a juventude negra? Que ferramentas teóricas dão conta de compreender o aumento dos homicídios de jovens que segundo o Mapa da Violência de 2016 foi de 699,5% entre 1980 e 2014 (Waiselfisz, 2016)? Ou ainda outro dado alarmante do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2017) que revela que 99,3% das pessoas assassinadas em 2016 eram do sexo masculino, dentre elas 81,8% tinham entre 12 e 29 anos e 76,2% eram negras. Assistimos então ao governo da juventude através das três tecnologias de poder faladas acima que subjetivam os modos de ser jovem no Brasil e que contribuem no sentido de criar

discursos sobre quem são os jovens, suas necessidades, perigos, riscos. É a necropolítica que nos auxilia a compreender os dados alarmantes, as notícias cotidianas e a possibilidade de morte para os vários jovens que conheci. Proposta por Achille Mbembe, as ideias trazidas pelo filósofo camaronês vão ao encontro ao que a literatura brasileira tem demonstrado sobre o que vem ocorrendo com a juventude, especialmente os jovens negros da periferia, classificando como genocídio.

Para Benício *et al.* (2018) o paradigma da necropolítica e as ideias de Mbembe nos auxiliam a pensar acerca da naturalização dos homicídios de determinados segmentos populacionais inseridos em territorialidades periféricas Brasil. Além disso, é através dessa ferramenta teórica que se coloca em evidência que o extermínio de certos grupos populacionais é uma das manifestações do racismo e de um projeto genocida atrelado à história colonial do país. Ainda segundo xs autorxs para perceber como a necropolítica opera nesse país, basta olhar para as mortes produzidas cotidianamente, esse extermínio segundo os autores “não causa comoção social e é passível de adesão social e mórbida espetacularização” (Benício *et al.* (2018, p. 200)

Como essas quatro tecnologias de poder se atualizam no cotidiano do acolhimento institucional? Ainda que o Estado invista em políticas públicas para sustentar essas vidas vivas, será que os serviços que operam essas políticas desejam ver vivas essas vidas de jovens, pretos e brancos, periféricos, com desejos vários? Seja através da ideia de que há uma necessidade de condução dos jovens a partir de uma normalização dos sujeitos, seja através do medo ao acolher “os envolvidos” (Benício *et al.*, 2018), muitas vezes o que vi acontecer foi a equipe técnica se relacionando com o jovem através de suas atitudes e poucas vezes através da escuta. Muitas vezes a partir dos possíveis comportamentos, do que está no prontuário, poucas vezes de uma postura humilde. Nesse sentido, no acolhimento institucional a construção de verdades sobre xs jovens faz surgir no cotidiano uma crença de que outra instituição de internação, tal qual a de cumprimento de medida socioeducativa ou a internação psiquiátrica, deem conta do problema do governo de certas vidas, porque as vidas se apresentam sempre diversas, sempre desafiadoras: não chegam dispostas a se encaixarem em uma vida já pensada. Isso também porque as tentativas de trabalho com os jovens pressupõem desafios outros quando comparadas ao trabalho com a infância, e diante dos esforços que não resultam em sucesso, opta-se por vias outras de cuidado. A consequência disso é que se cria assim, no ensejo das políticas pública de proteção, “casos problemas” que na prática são casos extremamente delicados de jovens que passaram por diversas situações de violações e violências, por consequência das quais muitas instituições não se consideram aptas a conduzir

suas vidas. Essas mesmas jovens acabam aprendendo a se virar sozinhas; nessa “viração”, Rifiotis (2018) argumenta que essa reação das jovens não apenas é uma resposta as lacunas das políticas públicas de proteção, mas também indica uma capacidade de “inventar constantemente a vida, mesmo em situações em que tal emergência parecia impossível” (Rafiotis, 2018, p. 4).

Talvez a angústia sentida pelos trabalhadores da ponta, em ter que acolher esse novo perfil, seja justamente porque essa demanda parece inverter o fluxo que até então se seguia; qual seja o de se encaminhar a instituições “mais punitivas” no imaginário (MSE no sistema socioeducativo). Ao ter que proteger aqueles jovens que estão saindo de tal instituição e ameaçados de morte, o que retorna é a ideia de ter que pensar o cuidado do jovem a partir de uma ideia dele enquanto perigoso; sendo atrelado a ele “uma noção ficcional do inimigo” (Mbembe, 2018, p.17), que é o cerne de como opera e se sustenta a necropolítica. Tento então pensar o porquê do pensamento da ordem da virtualidade ser a forma de pensar o cuidado e o que me ocorre é de que um dos principais motivos seja o de que no cotidiano de trabalho no acolhimento institucional a demanda é cotidiana, tantas vezes imprevisível e de alta complexidade, sendo difícil um momento para a *análise de implicações* de cada trabalhadora com o seu fazer. Nesse sentido, não me parecem pessoas com más intenções, mas sim impossibilitadas de pensar criticamente acerca de seu trabalho e das implicações dele. A ferramenta da análise de implicações, proposta pela Análise Institucional, diz respeito às “análises transferenciais daqueles que fazem parte da intervenção das práticas colocadas em questão” (Coimbra & Nascimento, 2007). Segundo as autoras, o que parece ocorrer no cotidiano é um fazer engessado, impossibilitando uma reflexão sobre a implicação de cada trabalhadora no seu fazer:

Presos nessas camisas de força os profissionais, em muitos momentos, não dispõem de tempo para pensar e colocar em análise suas práticas. Os espaços coletivos de discussão vão se esvaziando, cada vez mais se tornam difíceis de sustentar, de serem mantidos. A falta de tempo, a urgência domina tudo e todos, produzindo uma perda da capacidade de potencializar os encontros. As circunstâncias vividas podem trazer uma forte individualização das ações, impedindo outras relações de trabalho, outros sentidos e práticas mais coletivas. (Coimbra & Nascimento, 2007, p.33)

4 UM OLHAR SOBRE OS PRONTUÁRIOS

Quando Alberto chega ao acolhimento institucional em questão, sua presença é uma enunciação da mudança. Junto com ele traz seu prontuário marcado por relatos de equipes de outros acolhimentos institucionais e de uma instituição de meio fechado da socioeducação. O que salta aos olhos é o risco, as sucessivas internações e as ameaças que têm em diferentes lugares da cidade. Não à toa, ele compartilha seu cansaço em falar de si, como se tantas pessoas já soubessem de sua história, curiosos para construir também sua própria noção de quem era aquele que chega. E quem é? São os diagnósticos psiquiátricos? São as internações durante quase toda juventude? É sua família que abriu mão de seu cuidado? É um jovem que chega cabisbaixo, compartilha seu dom de rimar, mas que diz que se não der para seguir esse caminho, ele vai se jogar no mundo? Entre as possibilidades de ser, ele um guri que chega no abrigo “no fim do mundo”, porque se entende que o fim do mundo é o único lugar seguro para ele; chega sem pertences, sem roupas, quase sem memória. Chega em um lugar que ao saber de sua vinda, passa por um sentimento de pânico. O cuidado que se coloca no papel da rotina da casa é a forma encontrada de cuidar daquele que se estranha. Cada saída da casa sem autorização, é seguida por um sermão de riscos, perigo, insegurança, misturadas com um tédio do cotidiano entre banhos, arrumar a cama, tomar café, tomar remédios, ficar no computador.

Assim, muito pouco se investe em apresentar um mundo diferente para os jovens - seja para Alberto, seja para Paulo - onde se possam pensar novas possibilidades de existir, pois são eles quem precisam se apresentar - quem são, o que podem fazer de ruim, os fracassos anteriores. Constrói-se e atrela-se a eles todo um histórico, seja no prontuário, seja no discurso dos outros - que criam ideias, atreladas a verdades, de quem são eles. Encontro, nas perguntas feitas por Dutra (2018, p.73) sobre o trabalho com jovens, questões que se assemelham às perguntas que tenho tentado sustentar em minha ética, compreendendo que tal ética muitas vezes vai na contramão daquilo que é sustentado pelos discursos, são elas:

Como trabalhar a construção da autonomia desses sujeitos se não valorizarmos sua fala? [...] Nesse jogo de forças que se dá quando acolhemos uma ou um usuário jovem, de quanto de instituição, de morais de classe, de discriminações raciais e de gênero escondidos e negados e conflitos geracionais estamos dispostos a nos desfazer para escutá-lo? O quanto de saber estamos dispostos a reconhecer nesses corpos que chegam? [...] E, uma vez percebido esse saber, o quanto estamos dispostos a gerir um modo de cuidado no qual tal saber esteja envolvido? Teríamos condições de pensar cuidados diferentes daqueles que imaginamos interessantes para nós mesmos?

Como construir processos que gerem autonomia frente à disciplina *tão defendida pelos educadores enquanto necessária?* Nos encontros que seguem, no cotidiano da instituição, encontro Alberto pelas estradas de chão, nas manhãs de ligação, na casa onde ele está morando, acompanho ele em consultas psiquiátricas e o desencontro um outro tanto. Percebo que aquele guri, que tinha dito que não gostava de falar sobre si, volta e meia aparece na sala da equipe e ali fala sobre o tédio, sobre planos, sobre pegar uma corda para se matar porque os problemas são vários. Enquanto estagiária, percebo que me envolvo com esse caso, talvez mais que deveria, mas porque sinto que ali há tanto para ser feito - e em pouco tempo - e não percebo os movimentos da equipe no mesmo ritmo, no sentido de um investimento para que aquela vida permaneça viva. Vou assim sustentando uma responsabilidade, aquela da qual Alberto falava: “se não der certo ir à Vitória, vou me jogar no mundo.” Sem perceber, ele quando me disse isso, acabou compartilhando comigo a responsabilidade do lugar que ocupo enquanto fazendo operar uma política pública de alta complexidade, ainda que enquanto estagiária - alguns ainda tentavam encontrar justificativas de que ali não era seguro para Alberto, queriam que saísse dali também. Essa responsabilidade para mim estava dada, mas não era para todos que ela estava óbvia. Naquele momento, sustentar a vida ameaçada era algo que deveria ser feito coletivamente, em rede, na tentativa de que aquela existência até então por um fio, pudesse ser cotidianamente alargada, os fios se ampliando, se espichando a ponto de sustentarem uma travessia até a Vitória. Quando um dia Alberto diz que para ele ser alguém ele precisa mudar de nome, de endereço, de cidade, levo isso ao pé da letra.

Passar o olhar sobre os prontuários é poder também trazer esse momento como parte de uma inquietação quanto ao olhar sobre os jovens. Seguir à risca um prontuário é se relacionar com sujeitos em uma dimensão empobrecida, onde ao invés de pensar modos de produzir vida, se produz sua aniquilação, de cor, alegria, pele, cheiro. Cito as palavras de Galli (2010), por entender que a autora reflete sobre os prontuários de uma forma tão rica e imagética que preciso trazer suas palavras a essa escrita:

Nada passou despercebido aos seus escrivães que, furiosamente, investiram sua antiga caneta sobre o branco papel que ficará para a história. Não sabiam eles, naqueles momentos de redação, que sua escrita iria explodir em estilhaços. Seguiriam direções múltiplas, tantas quantas viessem a ser seus possíveis leitores. Relançar-se-iam sobre toda a humanidade para confrontá-la com suas injustas verdades moralizantes. Tornar-se-iam um inapagável relato dos enlaces entre ciência e moral e dar-se-iam a ver, enfim, como mil espelhos colocados nos crachás e lapelas de cada um dos funcionários do Estado.

Assim, permito-me procurar a vida no fora desses prontuários, dessas palavras de relatos técnicos, de boletins de ocorrência, de receitas psiquiátricas. Saio então em busca de onde está a potência.

5 É NO ENCONTRO QUE ESTÁ A POTÊNCIA

Tô de peça na cintura, mas na ideia resolvi
 Uns cantam salmo de louvor, outros preferem vem nariz
 Das antigas de favela, eu só quero é ser feliz
 Então soma fome, dor e angústia
 Ver quantos aqui se foram por conta da vida injusta
 Então toma, o cano frio na nuca, chorou, é a nossa vez, perdeu!¹⁰

Alberto

Ontem conheci Alberto. (Esse é um momento de Entrevista Avaliativa no acolhimento institucional, onde se conversa na sala de atendimento da psicologia com cada acolhidx que chega à instituição para x conhecer e tirar algumas conclusões quanto ao desenvolvimento global). É um adolescente forte, branco, com cabelos e olhos castanhos, tem cabelo cacheado. Sua sobrancelha é cuidada, na régua: entra na sala com as mãos para trás e mostra no corpo e nas palavras a marca de quem passou por uma instituição restritiva de liberdade, que entre outras coisas, tentou controlar seu corpo e lhe disse que seu corpo era perigoso, por isso as mãos sempre para trás, como se já estivesse ali se colocando como indefeso. Me apresento e digo para ele falar dele, se apresentar também. Ao que ele me responde que já está cansado de falar dele, todos a todo tempo querem saber quem ele é. Percebo então algo que havia sido me falado: como eu posso me colocar de forma diferente e propor uma forma outra de relação se ali eu represento aquela instituição, que tenta lhe controlar e entender, em última análise, todo o mal que ele é capaz de fazer. Como se eu já imaginasse essa resistência, proponho então saber o que ele curte fazer, que músicas gosta de ouvir: é o sertanejo. Ele conta da banda preferida, das músicas, e o assunto vai para namoro, ainda não encontrou alguém que lhe amou, tampouco acredita nessa história de achar a metade da laranja, isso seria esperar demais da vida. Nisso sobre falar sobre o que gosta, conta que onde morava fazia rimas, era conhecido como MC. Participava das batalhas, era bom, só competia com o melhor, mas não conseguia ser bom suficiente para ganhar do melhor. Perder para o melhor era melhor do que perder para um qualquer, disso se orgulhava. Alberto também não quer desenhar, não é bom com essas coisas; peço uma rima e ele tranquilamente faz. A rima parece ser seu dom, falo para ele que é uma qualidade que é dele, e por que não investir nesse caminho? Ele sorri e olha para baixo, sem me dizer nada.

Vou amar quem me ama

¹⁰ Estrofe da música Contas para Pagar. Artista: Akira Presidente, Álbum Fa7her, ano 2017

Esquecer quem não me quis
Vou mostrar pra quem me odeia
O prazer de ser feliz

Alberto ao falar sobre sua vida, mesmo não querendo falar, diz da esperança que tem de ir morar com seu irmão em Vitória, no Espírito Santo. Lá parece como a possibilidade de começar a vida do zero, sem confusão, sem inimizades. Espera que as tias dali vejam isso, se informem e ajudem ele a conseguir chegar lá. Se não der, se o irmão não puder e as tias não conseguirem ver ele então tem outro plano, que é se jogar no mundo. Vai retomar contatos antigos ou não e ver uma mão, com certeza alguma coisa terão para lhe oferecer. Pergunto dos medos, perigos, evito falar em morte, mas a palavra acaba saindo. Alberto pode matar, mas não se vê morto no chão. Depois do abandono da família, ele aprendeu a se virar e isso é viver a vida sem medo.

Pedro

Pedro foi o último adolescente que entrevistei na instituição fechada de MSE, mesmo sem saber. Logo de início, Pedro colocou pedrinhas na nossa conversa. Quando o perguntei sobre sua cor - as opções eram branca, preta, parda, oriental ou indígena - ele me responde:

-Ah dona, depende, tem umas partes que eu sou mais branco e outras que eu sou moreno.

Entrevistar esse adolescente foi um aprendizado pela recusa dele de encaixar suas respostas em pequenas opções. O questionário levou duas manhãs para ser preenchido, quando deveria ter levado quarenta minutos. Desde a primeira afirmação, Pedro via, a cada frase, a possibilidade de falar de si. Na semana seguinte, quando fui terminar a entrevista, me preparei: expliquei sobre os tipos de pesquisa, qualitativa e a quantitativa, para o que servia e que ali na quantitativa bastava apontar os quadradinhos que mais se identificava (escala tipo *likert*). Não adiantou, Pedro queria mesmo era colocar essas pedras para que juntos construíssemos algo, subvertendo a lógica que ali aquele questionário representava, para apostar em uma relação outra. Fui cúmplice dele e vi as pedras como oportunidade de troca. Aceitei que aquele ia ser o ritmo e fui na conversa trazendo os pontos do questionário.

Entre as histórias compartilhadas, Pedro me conta orgulhoso que com o dinheiro que juntou trabalhando no tráfico comprou para sua mãe uma loja no camelo de Porto Alegre. Conversamos sobre circular na cidade e o centro como sendo um lugar de encontros, um lugar comum; Pedro diz que se me encontrasse na rua não iria me cumprimentar. Digo que eu lhe

cumprimentaria, pois não veria por que não. Ele responde dizendo que eu não lembraria dele e nem ele de mim, seria impossível se encontrar e se reconhecer. A entrevista/conversa continua.

A cada afirmativa ele me contava sua vida, histórias e sentimentos. Conta sobre uma menina que gostava, conheceu ela na parada de ônibus próximo uma faculdade. Ela estudava ali, e quis saber dele, o que fazia, se estudava ali também. Pedro cabisbaixo me olha:

- Bah dona, eu tô recém no sexto ano e já tenho 17 anos. Ela me perguntou e eu fiquei todo vermelho. Ela tinha 19 anos, tava na faculdade e eu ainda no sexto ano.

Comento que ele teve outras experiências, optou por um outro caminho, já que ao falar em sua função no tráfico ele tinha uma posição importante no seu território. Tinha semanas que ganhava R\$500 reais, fim de semana sempre ganhava mais. Nesse momento Pedro me olha, como se uma ideia lhe brotasse na cabeça:

- Tu também tá na faculdade dona?

Olho para ele e penso: “será que ele não entendeu nada que eu falei no início?” Eu iniciava a conversa me apresentando, falando onde estudava, perguntava se o adolescente sabia o que era uma pesquisa, explicava de uma forma que eu pensava simples e rápida. Respondo que sim estou na faculdade e percebo nele o embaraço. A história com a menina segue, ela ficou com o tio dele, o que gerou em Pedro um sentimento de traição por parte do tio, ele realmente gostava daquela menina. O tio foi uma pedra no caminho de Pedro e a forma que ele encontrou de desobstruir o caminho foi com um tiro na perna do tio. Entrou para lista de seus inimigos, junto com os contras e os policiais - que ele considerava todos os policiais uma ameaça pois há uns anos tinha feito uma tatuagem de palhaço no pescoço da qual se mostrava arrependido. (Essa tatuagem se refere a quem já matou algum policial)

Na hora de nos despedirmos, depois de um Questionário completo e várias ideias trocadas, impossibilitando que eu entrevistasse mais alguém por causa do horário, ele fala:

- Tu veio aqui só para falar comigo? bah falei demais. Se eu te ver na rua eu vou te cumprimentar, tu é muito legal, dona. Ah que saco isso eu ter que te chamar de dona.

Jorge

Quando Jorge começou a se envolver com o mundo do crime, foi levado pelo desejo de ganhar dinheiro. Foi a procura do conforto, do bem-estar, olhava uns guris do seu bairro bem trajados e se inspirou neles para ficar bonito daquele jeito. Alguns meses depois, foi pego roubando um carro e cumpriu medida socioeducativa de internação. Quando saiu, conseguiu um emprego como empacotador no supermercado, era aquela sua chance de não se envolver com confusão e trilhar um caminho na *vida correta*. As oito horas de trabalho diário lhe

davam no fim do mês em torno de R\$900,00, cerca de poucos dias de trabalho na boca. Permaneceu no trabalho durante dois meses, mas não aguentou a pressão da vida dele, tinha que ajudar seus pais financeiramente; quando pediram pra ele voltar pro crime, ele voltou.

Quando Jorge chorava não era de tristeza, ele chorava por de tudo que tinha acontecido na vida dele: os pais usuários de drogas, a responsabilidade que tinha de cuidar de suas irmãs menores. Carregava consigo um arrependimento, deveria ter ficado naquele trabalho no mercado. No crime colecionava inimigos, tinha que estar sempre atento, se fosse para alguma mãe chorar que fosse a dos outros e não a dele. Estava jurando de morte por alguns contras e seu futuro dependia de como ia estar a vila dele quando acabasse sua medida, talvez voltasse para lá, talvez não - para onde iria?

Ele foi o primeiro adolescente que entrevisto, tem 17 anos e autodefine-se como pardo. Logo no início da entrevista ele me conta sua história: tentaram matá-lo. Foi abordado por um adolescente de uma facção rival que atirou em sua direção com a intenção de lhe tirar a vida, não conseguiram. Jorge com sua força sobreviveu, passou três meses internado no hospital, perdeu peso e chegou a pesar quarenta quilos. Algo difícil de imaginar que aquele guri, alto e forte, poderia chegar a um peso tão baixo. Sobreviveu e leva com ele oito balas, cravadas em seu corpo, faz questão de me mostrar onde estavam, eu fiz questão de ver. Quando então estamos na pergunta 12 (sobre suicídio), penso em fazê-la da forma mais tranquila possível, por entender que poderia mexer em questões sensíveis: alguma vez tu já pensou em se matar? Na hora pensei na história que ele estava ali compartilhando comigo: os momentos de dor, os litros de sangue perdido, a comida ruim do hospital, o corpo enfraquecido.

Era 2016. Porto Alegre vivia um cenário de violência cotidiana atingindo a classe média e alta. Notícias de assaltos, mortes antes não-comuns para um certo grupo da sociedade porto-alegrense estavam sendo cotidianas e esse grupo de pessoas teve de lidar com a violência de sua própria cidade. Eu enquanto pertencente a essa classe média pensava que se algum dia eu chegasse perto de uma situação de ameaça à minha vida, não reagiria, pois pensar em uma bala no meu corpo era me deparar com morte na certa. Nunca pensei que meu corpo reagiria com vida se alguém atirasse contra ele.

Para minha surpresa, Jorge ri:

- Eu me matar? tá louco dona, a vida é bela.

Como um guerreiro, ele permanece em pé, e ao se aproximar da morte, sorri e prefere a vida, luta por ela. Jorge, ao compartilhar sua história comigo, me fez compreender um pouco mais o que é ter pessoas querendo teu corpo morto e ainda assim seguir vivendo e vendo beleza na vida.

6 A TENTATIVA DE SE CONSTRUIR UM ACOMPANHAR DOS JOVENS: A SUSTENTAÇÃO DE UMA ÉTICA

Então me diga mais sobre o mundo que você vê
Sobre os pesadelos que você tem
O quanto tu gasta que é pra poder continuar a sonhar¹¹

Entre pensar no mal que pode ser feito, os incontáveis riscos em jogo, na atrapalhão do sujeito, no que o desconhecido pode acarretar, opto pela aposta naquilo que pretendo nomear aqui como uma ética. Ela parece estar sendo costurada há algum tempo e a cada encontro algo nela muda, de cor, de forma. A escrita desse trabalho me levou a pensar que o vivido possibilitou a construção de uma ética que está relacionada a aposta no encontro. Na tentativa de recolher aquilo que tantxs jovens deixaram em mim, como saber decantado e pensar o que elxs levaram, como saber compartilhado, costuro no fim dessa escrita a tentativa de sustentar o vivido em experiência e me atrevo a nomear o resultado como uma ética construída no cotidiano com xs jovens da periferia, pretxs e branxns, tantas vezes institucionalizados. Não sei explicar como aprendi esse fazer, onde exatamente foi o lugar, o manual, o livro, a música, a referência utilizada, mas entre as palavras trocadas e os olhares também, algo ficou em mim e me parece óbvio que eu carregue isso comigo. Como não transformar em conhecimento os saberes que aprendi com Alberto, Jorge, Pedro, Cathlyn, Diogo, Larissa, Evelin, Maicon, Alan, Matheus, Márcia, João e outrxs?

Tento então pensar como uma ética-viva pôde ser criada na experiência de meu percurso universitário, que tem a ver com pensar a psicologia de um jeito que ela não estava sendo ensinada, como por exemplo nos momentos em que me questioneei se o que eu falava fazia algum sentido para quem escutava. Lendo as palavras de Dutra (2018), reconheço o sentimento de abismo presente em diversos momentos nos encontros com jovens periféricos e/ou institucionalizados que me fizeram, em última análise, elaborar um modo singular de pensar o cuidado com elxs. Para a autora, o abismo sentido na relação com x jovem reflete em um incomodo onde x trabalhadorx se depara com sua própria incapacidade. Ao não se falar desse abismo, e não ter ferramentas teóricas que dêem conta de pensar o que está em jogo, x jovem é quem muitas vezes é o culpabilizado. Percebo esses movimentos em diversas técnicas que conheci ao longo desses anos, outras vezes em mim, logo a pergunta que fica então é como atravessar esse abismo? Afinal, “desde esse lugar, tudo parece que é feito tarde demais”. (Dutra, 2018. p.32)

¹¹ Estrofe da música Gigantes. Artista: BK' e Juyé, Álbum Gigantes, ano 2018

Guimarães Rosa nos diz que “todo abismo é navegável a barquinhos de papel” (1985, p.47). Tomo essas palavras como convite para fazer da ética-viva uma ferramenta de trabalho que talvez não dê conta de pensar a nível macro as políticas públicas para a juventude, mas que auxilie no cotidiano de trabalho, possibilitando que diferentes olhares sobre x jovem possam emergir, para além de pensá-lx como indesejadx e que leve em consideração o incontável do mundo (Galli, 2010).

Diante dos encontros que enquanto estudante universitária pude ter, cada espaço exigia algo de mim. Ao mesmo tempo em que me coloquei a escutar o que xs jovens diziam ou não diziam, também tinha de pensar enquanto representante do curso de psicologia o que eu poderia falar, tendo questões importantes surgido a partir desse incômodo: como me colocar diante desse abismo? diante de uma realidade complexa, em um país marcado pela desigualdade econômica e racial e atravessado pela violência? Por não me reconhecer nos discursos técnicos - de ver x jovem enquanto problema -, a escrita deste trabalho foi a possibilidade de retomar experiências e pensar a partir delas o meu fazer, futura psicóloga.

Antes de iniciar a escrita, pensava que o Trabalho de Conclusão de Curso teria uma dimensão de elaborar algumas questões sobre tantos encontros nesses últimos seis anos. A escrita seria então uma forma de pensar como, a partir da psicologia, se poderia estar junto com xs jovens e produzir vida, criando ferramentas simbólicas para existir no mundo. Retomo então meu primeiro objetivo com essa escrita que era a de subverter o discurso colocado sobre a juventude - qual seja o da *delinquência*, o da dificuldade de se trabalhar com, o do *desvio de conduta* - e propor uma lógica de trabalho que levasse em consideração os atravessamentos políticos-estéticos e éticos de ser jovem e apostasse na potência e na criação de vida. A proposta de trabalhar com fotografia e pensar a circulação pela cidade foi uma forma que encontrei de sustentar que o trabalho com jovens não necessariamente teria de ser atravessado pela tentativa de normalização de suas respectivas vidas, seja insistindo na importância de estudar, em trabalhar, fazer um curso profissionalizante, enfim afirmar que suas vidas precisavam se adequar. Pelo contrário, a oficina teria como objetivo acompanhar xs jovens, a partir do que elxs trouxessem, como uma ferramenta de escuta e de legitimação de suas existências, atravessadas por diversas questões. Em suma, era fazer o exercício de não classificar e colocar em caixas as dimensões de suas experiências, mas sim ver aonde ali existia vida, em uma perspectiva de liberdade; instigada pela questão colocada por Dutra (2018):

Com a formação que tivemos, calcada em conhecimento de origem preponderantemente europeia, como ofertar um modo de se colocar na relação com o outro de outra forma que não essa, da expectativa de que esse outro seja espelho do que nós mesmos refletimos e somos?

Entretanto, a força da instituição, atravessada pelas ordens judiciais do estado do Rio Grande do Sul atropelaram qualquer possibilidade de pensar uma oficina pela produção de vida, pela superação da ideia de risco, pela criação de novos mundos. O novo que se anunciou era o retrato daquilo que há de mais antigo: o perfilhamento, a ideia de um menor perigoso, que ao mesmo tempo em que está em risco, coloca a todos em risco. Fui atropelada também pelo medo que tomou os trabalhadores acerca do que virá a partir de agora. e as implicações desse medo no cuidado. As apostas feitas indicavam que quem vinha precisava de limites rígidos e disciplina, distorcendo os pressupostos do acolhimento institucional de proteção e cuidado integral. Ao mesmo tempo, foi a partir das brechas da dureza dessa instituição, e de outras ao longo da graduação, que pude me deparar com o diferente e encontrar formas de sustentar a ética de cuidado. Nesse sentido, foi importante perceber que ainda que houvesse uma política de governo das vidas jovens que tendia a atrelá-las a perspectiva do risco ligada à criminalidade, isso não foi um empecilho para operar um olhar sobre o jovem e suas questões. Esse olhar que tive não é pensar pelo viés da pena, assim como do perigoso, mas sim pensar a partir da escuta àquelas vidas. Ainda que a oficina de fotografia não encontrou espaço para ocorrer, pude me relacionar com os jovens que chegaram a partir do que acreditava.

De um modo geral, a questão que elaborei ao longo desses seis últimos anos conhecendo uma galera foi sobre a forma com que penso o cuidado com os jovens. Isso inclui pensar sobre a necessidade de um projeto de vida, sobre a normalização de existências que tem referências não-hegemônicas, sobre as palavras, os olhares, a escuta e o acompanhar de vidas em formação, atentas ao mundo, com desejos ávidos por ver beleza na vida. Para que isso acontecesse foi preciso refletir acerca da noção de crime - criminalidade, criminoso -, pensar a cidade, reconhecer no rap uma fonte importante de conhecimento, me voltar para minha branquitude e refletir sobre o que fazer a partir dela. Ver também a branquitude das técnicas que conheci e pensar se não se trata somente de uma questão de conhecimento, de valores, de perspectivas de vida e de racismo institucional. Sinto que não consegui dar a ênfase necessária a essa questão, problematizá-la e colocá-la no jogo das análises feitas.

Pude me questionar também sobre essa ideia que parece automática para muitas políticas públicas de associar a vivência jovem a necessidade de se ter um projeto de vida e

captar suas vidas para um bom funcionamento do Estado. Sustentar projetos de vida é muito mais que pensar uma profissão ou um currículo, é em primeiro lugar apostar naquelas vidas, seu saber e poder volta e meia estar ali para testemunhar junto. Talvez estar ali testemunhando junto seja uma das principais ações que se pode fazer. Faz-se urgente pensar no futuro de jovens em um país que tem estatísticas de genocídio sobre essa população, porém de que perspectiva pensamos o futuro? Pensar no futuro é “muito mais do que simples especulação abstrata e descomprometida. [...] Quem crê contribui para que a sua crença se realize.” (Soares *et al.*, 2005, p. 118)

A experiência foi, afinal de contas, aquilo que sua palavra contém como nos diz (Bondia, 2002, p.25): a dimensão dá travessia e perigo”. Falar sobre juventudes é tentar dar conta de um tema complexo, com diversos atravessamentos éticos, políticos e estéticos. Finalizo esta escrita refletindo sobre a impossibilidade de sustentar um lugar seguro, porque a segurança é confiar, sentir-se bem, poder habitar a cidade, ter conforto, poder existir de diferentes formas para além do que é esperado. Porque a vida é liberdade, encontra formas de se manifestar e sempre “por entre as circunstâncias fluí, leves e livres como a cascata pelas pedras.”¹² Que mortal os poderiam prender?

6.1 “A GENTE COMBINAMOS DE NÃO MORRER¹³: “ESSE É O MELHOR ABRIGO QUE EU JÁ CONHECI”

Força é ter o coração quebrado
E andar descalço sobre os cacos
E tirar do pé cada pedaço
Reconstruí-lo e novamente amar¹⁴

Quando Alberto me fala, dois dias antes de sua maioridade, que aquele lugar de acolhimento institucional fora o melhor que já conheceu, foi como se um filme passasse em minha cabeça: um filme é a retrospectiva da história desse jovem ali naquele serviço, o horror diante de seu passado, a tentativa de fazer com que ele fosse embora dali o quanto antes, na tentativa de justificar que ali não era um lugar seguro. Ao mesmo tempo, a cada dia xs educadores encontrando formas de acolher aquele jovem, que foi se mostrando no cotidiano

¹² Meirelles, C. (1976)

¹³ Evaristo, C. (2015)

¹⁴ Estrofe da música Gigantes. Artista: BK' e Juyé, Álbum Gigantes, ano 2018

menos perigoso, menos agressivo, menos gigante. Alberto tendia a achar que não chegaria aos dezoito: iria ser morto ou se mataria. Nos meus encontros com ele tentava erguê-lo, sustentando que ele não iria morrer, que a cada dia teria de pensar em sua vida em Vitória, que ainda que ele não se ajudasse como ele dizia, outrxs tentariam, por querer vê-lo vivo.

Nenhum trabalho seria possível, entretanto, se não fosse Alberto permitir ser acessado, se colocar a escutar, refletir. Sem seu desejo, tudo o que era falado não o mobilizaria. Relembro então que pensei, durante essa escrita, o horror que seria se algo viesse de fato a ocorrer com Alberto: onde caberia nessa escrita e em minha experiência um corpo jovem morto? O que aconteceria com o andar dessa escrita, com o tanto de esperança que tem nas palavras, inventando essa ética viva? Pois todo dia nesse país corpos jovens, negros, principalmente, mas também brancos, periféricos, morrem. Talvez os santos fortes, pela importância e força da espiritualidade, talvez os bons disfarces utilizados por Alberto para circular na cidade e não ser reconhecido, talvez o trabalho investido de toda uma rede que o acompanhava desde seus 15 anos, tudo isso e mais foi a coragem de apostar que é possível pensar junto um novo lugar.

Finalizo a escrita com o fim do meu acompanhamento da vida de Alberto. Assim como o acompanhei no aeroporto e assisti sua partida para a vitória – independente de que caminho tome, por não poder controlar o próprio devir da vida, mas sustentando uma aposta – preciso finalizar essa escrita. Por meio dela fiz uma viagem pela minha memória, pude lembrar jovens que me ensinaram tanto mesmo sem saber. Por vezes, me senti ansiosa por achar que não conseguiria dar conta de escrever em palavras a intensidade do que foram os últimos sete anos e por não querer escrever algo que só fizesse sentido para mim. Compartilho, por fim, um dos sentidos que para mim assumiu essa escrita decorrente do fato de eu ter perdido uma amiga em 2014, colega de curso, mulher jovem, parda, moradora da periferia, para quem a psicologia fazia pouco sentido. A partir desse trabalho levo comigo a vontade de achar absurdo que vidas jovens se vão e de pensar outras formas de encontrar sentido na psicologia por e para elas.

REFERÊNCIAS

Barros, F. O. (2003). *Tô fora: O adolescente fora dá lei - o retorno dá segregação*. Belo Horizonte: Del Rey.

Benício, L.F., Rodrigues, J.S., Leonardo, C.S. *et al.* (2018) Necropolítica e pesquisa-intervenção sobre homicídios de adolescentes e jovens em Fortaleza, CE. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 38, 192-207.

Brasil. Lei 8.069. (1990). Estatuto da Criança e do Adolescente. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília/DF.

Camati, O. (2015) Uma análise da Razão de Estado em Michel Foucault a partir do curso Segurança, Território e População. *Intuitio*. 8(1), 171-184.

Campos, D. (2007). De “menor” à cidadão: a trajetória de construção do Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil. [filme-curta]. D. Campos, dir. Ceará: Perspectivas criação e produção áudio-visual.

Cerqueira, D., Bueno, S., Lima, R., et al (2019) Atlas da Violência. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf

Coimbra, M.C.R. & Nascimento, M.L. (2007). Sobreimplicação: práticas de esvaziamento político?. In: *Práticas PSI inventando a vida*. Org: Esther Maria M.Arantes, Maria Livia do Nascimento, Tania Mara Galli Fonseca. Niterói: EdUFF

Cruz, L. R. (2006). (Des)articulando as políticas públicas no campo da infância: implicações da abrigagem. Santa Cruz do Sul: Edunisc.

Cruz, L., Hillesheim, B. & Guareschi, N. (2005). Infância e políticas públicas: um olhar sobre as práticas psi. *Psicologia e Sociedade*, 17(3), set./dez, 42-49.

Dutra, J. (2018). *Cadernos negros: tramas entre políticas públicas, juventudes, relações étnico-raciais e formação em psicologia*.

Evaristo, Conceição. (2015) *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas. “Vozes-mulheres”. In: *Poemas da recordação e outros movimentos*. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

Foucault, M. (2008). *Segurança, Território, População*. São Paulo: Martins Fontes.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2017). *11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo, SP.

Guareschi, N.; Lara, L. & Adegas, M.A. (2010) Políticas públicas: entre o sujeito de direitos e o homo economicus. *Psico*, Porto Alegre, v.41, n.3, p.332-339.

Hadler, O. H. (2010) *Nas trilhas de João e Maria: a produção do sujeito jovem*. Pelotas: Textos.

Larrosa, J. (2002). Notas sobre a experiência e o saber da experiência. *Revista Brasileira de Educação*, 19, jan/abr, 20-28.

Mbembe, A. (2018). *Necropolítica*. São Paulo, sp: n-1 edições.

- Meireles, C. (1976). Poesias completas. V7 I/Poemas II. Ed. Civilização Brasileira.
- Moraes, T. D., & Nascimento, M. L. (2002). Da norma ao risco: Transformações na produção de subjetividades contemporâneas. *Psicologia em Estudo*.
- PERONDI, M. ; STEPHANOU, M. (2015) Juventudes na atualidade: abordagens e conceitos. In: Carmem Maria Craidy; Karine Szuchman. (Org.). Socioeducação: fundamentos e práticas. 1ed.Porto Alegre: Evangraf, v. 1, p. 58-73.
- Rosa, J. G. (1985) Tutaméia: terceiras estórias. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Nova fronteira.
- Reis, C. & Guareschi, N.M.F. (2016) Nas teias da “rede de proteção”: internação compulsória de crianças e adolescentes e a judicialização da vida. *Fractal: Revista de Psicologia*, 28(1), 94-101
- Rifiotis, F.C. (2018) “Egressas” de serviços de acolhimento e a invenção de novas possibilidades de vida. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 34(99), e349914.
- Scisleski, A., Reis, C., Hadler, O. et al. (2012) Juventude e Pobreza: a construção de sujeitos potencialmente perigosos. In: *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, v.63, nº3, pp.19-34.
- Soares, L.E., Bill, MV., Athayde, C. (2005) Cabeça de porco. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Teles, E. (2018) Subjetivação da violência. Edição 232. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/subjetivacao-da-violencia/>
- Waiselfisz, J.J. (2016) Mapa da violência 2016: homicídios por armas de fogo no Brasil. Brasília: FLACSO.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL

CAROLINE BALBINOT

**UM ACOMPANHAR DAS JUVENTUDES:
ENTRE A PRODUÇÃO DE VIDA E DE MORTE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Curso de Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Psicóloga. Orientação: Profa. Dra. Carolina dos Reis.

Porto Alegre, 2019